

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Três Tentos Agroindustrial S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras



Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9
Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes	14
Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras	15
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balanço patrimonial	16
Demonstração do resultado	18
Demonstração do resultado abrangente	19
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	20
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstração do valor adicionado	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A.**Relatório da Administração**

Em 31 de dezembro de 2025

Apresentamos aos nossos acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos mais um ano com forte desempenho, com uma Receita Operacional Líquida de R\$16,4 bilhões (+28,1% vs 2024). Todos os segmentos de atuação da Companhia apresentaram crescimento, visto o ganho de *market share* nas áreas atendidas por nossas 73 lojas entre Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além da expansão de capacidade de nossas indústrias.

O ano de 2025 foi marcado pelo maior CAPEX já realizado pela Companhia, totalizando R\$1,7 bilhão. Investimentos voltados a expansão de capacidades das indústrias no processamento de soja e produção de biodiesel, abertura de novas lojas e a construção da primeira indústria de etanol da 3tentos no Vale do Araguaia (MT), mantendo uma gestão financeira responsável na alocação de capital.

No 3tentos Day realizado em nosso Centro Tecnológico (CETEC) em Santa Bárbara do Sul, em dezembro de 2025, anunciamos alguns avanços estratégicos da Companhia para novos estados. Dentre esses avanços, instalaremos a segunda indústria de etanol da 3tentos, sendo está localizada em Redenção (PA), além da abertura de novas lojas voltadas ao varejo de insumos e originação de grãos nos estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais.

Gostaríamos de reforçar a mensagem de que a Companhia mantém a condução de seus negócios com muita segurança, em termos de alavancagem financeira e volatilidade de preços. Buscamos garantir nossa margem operacional adotando as devidas proteções (Hedge) dos nossos negócios, como vai observar ao longo do documento.

Para concluir, iniciamos o ano de 2026 confiantes com a evolução dos nossos negócios, visto todo o investimento realizado no ano anterior e as oportunidades já identificadas nos novos estados em que já estamos atuando.

Cordialmente,

João Marcelo Dumoncel

CEO e Fundador

VISÃO GERAL

A Companhia, o ecossistema agrícola mais completo do Brasil, é uma empresa familiar, que oferece de forma verticalizada e integrada soluções para o agricultor, com amplas ofertas de produtos no varejo de insumos agrícolas, grãos e indústria. Tal modelo de negócio cria um relacionamento de longo prazo com os agricultores. A Companhia conta atualmente com aproximadamente 24 mil clientes ativos. Além de fornecer insumos e adquirir a produção, a Companhia também oferece treinamentos, consultorias e serviços técnicos aos produtores, agregando valor através de uma venda técnica, levando os produtores a obter melhores produtividades e resultados em suas lavouras.

ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2025, a Receita Operacional Líquida (ROL) consolidada atingiu R\$ 16.423,7 milhões, crescimento de 28,1% em relação a 2024. Todos os segmentos da Companhia apresentaram crescimento, visto o ganho na participação de mercado nas regiões atendidas na comercialização de insumos e originação de grãos, além da expansão de capacidade das indústrias.

Varejo de insumos agrícolas ("Insumos"): mediante a oferta de uma completa gama de insumos agrícolas, atendemos a maioria das necessidades do produtor rural através da venda de diversos tipos de sementes, fertilizantes para a lavoura e defensivos agrícolas para as culturas de soja, milho, trigo, arroz, canola dentre outras. Em 2025, inauguramos uma loja no Rio Grande do Sul na cidade de São Vicente do Sul, e inauguramos duas lojas no Mato Grosso nas cidades de Água Boa e Canarana. Contamos atualmente com 73 lojas e 206 consultores (agrônomos e técnicos em agronomia), agregando valor aos insumos vendidos com o objetivo de aumentar a produtividade dos nossos clientes. Este segmento conta também com duas unidades de beneficiamento de sementes localizadas na cidade de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e uma unidade misturadora de fertilizantes localizada na cidade de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, além de 2 centros de pesquisa tecnológicos em Santa Bárbara do Sul/RS e Vera/MT. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 3.409,6 milhões, e apresentou crescimento de 20,9% em relação a 2024. O desempenho no segmento foi puxado principalmente pelo crescimento de volume, além do aumento nos preços dos produtos vendidos.

Originação e *trading* de grãos ("Grãos"): realizamos a compra e venda de grãos de produtores rurais, possuindo uma capacidade estática de armazenagem de aproximadamente 2,1 milhões de toneladas para soja, milho e trigo. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 5.235,1 milhões e apresentou crescimento de 60,7% em relação a 2024.

O desempenho no segmento foi impactado pelo maior volume de trading de grãos em todas as culturas (Soja, Milho e Trigo), com destaque para o milho, que teve um incremento de volume de 125%, visto ganho de participação além de safra recorde no Mato Grosso.

Industrialização de grãos ("Indústria"): por meio de nossas três indústrias localizadas nas cidades de Ijuí e Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e Vera, no Estado do Mato Grosso realizamos a industrialização da soja para produção de farelo de soja, importante componente para rações animais na avicultura, suinocultura e bovinocultura; óleo de soja e biodiesel. Nossas indústrias encerraram o ano de 2025 com capacidade de esmagamento de soja de 9,8 mil toneladas por dia e de produção de biodiesel de 3,00 mil m³ por dia. Possuímos dois modais ferroviários (de acesso em nossas instalações) ligando as unidades das cidades de Ijuí e Cruz Alta ao Porto de Rio Grande. A receita líquida deste segmento foi de R\$ 7.779,0 milhões, e apresentou crescimento de 15,3% em relação a 2024. O maior volume de farelo e biodiesel produzido, está relacionado principalmente às expansões de capacidade industriais ocorridas ao longo de 2025.

CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS PRODUTOS VENDIDOS

O Custo das Mercadorias Vendidas e dos Produtos Vendidos apresentou crescimento de 35,4%, atingindo R\$ 13.939,3 milhões. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Insumos: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de insumos totalizou R\$ 2.722,6 milhões, correspondente a um aumento de 17,8% comparado a 2024. Tal aumento se deu principalmente pelo incremento no volume vendido.

Grãos: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de grãos totalizou R\$ 4.686,8 milhões, correspondente a um crescimento de 60,8% comparado a 2024. Tal aumento se deu principalmente pelo maior volume de grãos vendido.

Indústria: o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo do segmento de indústria totalizou R\$ 6.469,5 milhões, correspondente a um aumento de 19,0% comparado a 2024. Tal aumento se deu principalmente pela maior produção de farelo de soja, óleo degomado de soja e biodiesel.

O ajuste ao valor justo de ativos e passivos atrelados a commodities, não alocado a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, totalizou redução de R\$ 60,5 milhões.

LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto Ajustado combinando o resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$2.850,7 milhões, crescimento de 30,0% em relação a 2024. A margem bruta ajustada combinando o resultado dos contratos futuros liquidados foi de 17,4%, incremento de 0,3 p.p. em relação ao ano anterior. Tal resultado decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Insumos: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo e do resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 687,1 milhões, correspondente a um aumento de 35,2% em relação a 2024. A margem bruta do segmento de insumos foi de 20,2%, elevação de 2,2 p.p. comparado a 2024. Este resultado está relacionado (i) ao aumento de volume vendido de fertilizantes e defensivos, e (ii) recuperação das margens dos produtos.

Grãos: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo e do resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 548,3 milhões, correspondente a um aumento de 59,7% em relação a 2024. A margem bruta do segmento de grãos foi de 10,5%, sem variação em relação a 2024. O crescimento do lucro bruto foi impactado pelo incremento do volume de grãos em todas as culturas, principalmente em soja e milho.

Indústria: o lucro bruto antes do ajuste a valor justo e do resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 1.309,5 milhões, correspondente a uma queda de 0,2% em relação a 2024. A margem bruta do segmento da indústria foi de 16,8%, redução de 2,7 p.p. comparado a 2024. Desempenho impactado pela menor rentabilidade do segmento, principalmente relacionado a comercialização do farelo soja.

O efeito do resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 305,8 milhões em 2025, resultado superior em relação ao ano anterior que totalizou R\$ 28,4 milhões. Este efeito pode ser observado na Nota Explicativa 25. A Companhia entende que essa demonstração do Lucro Bruto Ajustado combinado com o resultado dos contratos futuros liquidados visa observar o desempenho operacional como um todo, pois entende-se que o hedge faz parte das operações comerciais na venda de grãos e produtos da indústria.

Em adição às variações acima, o lucro bruto foi impactado pela redução na despesa relativa ao ajuste ao valor justo de ativos e passivos atrelados a commodities, não alocada a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme descrito na seção anterior, e encerrou o ano de 2025 com um lucro bruto de R\$ 2.484,4 milhões, apresentando redução de 1,9% em relação a 2024. A margem bruta foi de 15,1%, redução de 4,6 p.p. em relação a 2024.

DESPESAS DE VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$ 1.945,4 milhões, com aumento de 51,2% em relação a 2024, influenciadas principalmente pelo incremento no volume dos segmentos de grãos e indústria. Quando analisadas como percentual da receita operacional líquida, representaram 11,8% (10,0% em 2024), aumento de 1,8 p.p. comparado a 2024.

EBITDA

O EBITDA Ajustado combinando o resultado dos contratos futuros liquidados totalizou R\$ 1.024,7 milhões, crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA Ajustada combinando o resultado dos contratos futuros liquidados foi de 6,2% em 2025, redução de 1,6 p.p. comparado a 2024. Tal resultado, está relacionado ao crescimento em todos os segmentos, além da maior participação do segmento de grãos como proporção da receita líquida consolidada da Companhia.

O EBITDA totalizou R\$ 658,4 milhões, uma redução de 50,9% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA foi de 4,0% em 2025, redução de 6,5 p.p. comparado a 2024.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado combinando o resultado dos contratos futuros liquidados a partir do nosso lucro líquido:

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	808.699	756.365	573.802
(+) Resultado financeiro líquido	(497.036)	244.272	12.970
(+) Imposto de renda e contribuição social	227.325	244.661	(145.082)
(+) Depreciação e amortização	119.388	95.363	57.597
EBITDA	658.376	1.340.661	499.287
Margem EBITDA	4,00%	10,50%	5,50%
(+) Valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities	(60.460)	367.063	15.872
EBITDA Ajustado	718.836	973.598	483.415
Margem EBITDA Ajustado	4,40%	7,60%	5,40%
(+) Resultado financeiro (Derivativos/NDF/Opções) liquidados	305.820	28.392	(10.118)
EBITDA Ajustado + efeito dos contratos futuros liquidados Derivativos Commodities/NDF/Opções	1.024.656	1.001.990	473.297
Margem EBITDA Ajustada + efeito Derivativos Commodities/NDF/Opções	6,20%	7,80%	5,30%
Receita líquida	16.423.694	12.825.771	8.998.985

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O nosso resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 497,0 milhões (negativo em R\$ 244,3 milhões em 2024). Este resultado foi impactado principalmente pelo efeito da liquidação e marcação a mercado “MTM” dos instrumentos derivativos. Adicionalmente, tivemos ativação para imobilizado de juros sobre empréstimos e financiamentos reduzindo a despesa financeira.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro líquido ajustado totalizou R\$ 672,8 milhões, um crescimento de 3,1% em relação ao ano anterior. A margem líquida ajustada foi de 4,1% (5,1% em 2024). Tal resultado é decorrente do desempenho dos nossos três segmentos comentados nas seções anteriores.

O lucro líquido totalizou R\$ 808,7 milhões, representando um aumento de 6,9% em relação ao ano anterior quando atingiu R\$ 756,4 milhões. A margem líquida atingiu 4,9% (5,9% em 2024).

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2025 com dívida líquida de R\$ 1.600,1 milhões (dívida líquida de R\$ 224,7 milhões em 2024). Esta variação está relacionada principalmente aos investimentos (i) da nova indústria de etanol; (ii) na modernização das indústrias de processamento de soja; e (iii) na abertura de novas lojas.

A tabela abaixo apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida (caixa líquido) nas datas abaixo indicadas:

(R\$ milhares)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	3.263.592	2.174.354	1.392.846
(+) Caixa e equivalentes de caixa	2.560.066	1.696.858	1.028.483
(+) Aplicações financeiras	195.360	75.404	197.451
(+) Instrumentos financeiros derivativos	508.166	402.092	166.912
Passivo	(4.863.675)	(2.399.009)	(1.349.957)
(-) Empréstimos e financiamentos	(4.660.963)	(2.066.879)	(1.272.512)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(202.712)	(332.130)	(77.445)
(=) Caixa (Dívida Líquida)	(1.600.083)	(224.655)	42.889
Off-TentosCap			
(=) Caixa (Dívida Líquida)	(1.225.145)	(63.787)	117.866

DIVIDENDOS

A Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária a destinação de R\$ 91.014.910,79 para pagamento de dividendos, como remuneração aos acionistas sobre os resultados relativos

ao exercício social de 2025. O pagamento dos dividendos, correspondente a R\$0,182219167 por ação, ocorreu em 13 de janeiro de 2026 com aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2025.

POLÍTICA EQUIDADE

Embora não tenha instituído uma política formal específica voltada exclusivamente à equidade de

gênero, a Companhia observa princípios de igualdade de oportunidades, meritocracia e não discriminação em seus processos internos de recrutamento, desenvolvimento e remuneração, em conformidade com a legislação aplicável e com suas práticas internas de governança. Em atendimento ao disposto no §6º do artigo 133 da Lei n.º 6.404/76, a Companhia apresenta abaixo as seguintes informações:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos	2025		2024	
	Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Conselhos	3	27,3%	1	16,7%
Diretoria	2	15,4%	1	9,1%
Gerencias	14	14,0%	13	14,9%
Chefia/Coordenação	34	28,8%	20	26,0%
Técnica/Supervisão	117	23,5%	87	22,1%
Administrativo	411	44,1%	217	38,6%
Operacional	142	12,3%	113	12,2%
TOTAL	723	25,6%	452	21,9%

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços:

- (i) Auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e revisão das informações financeiras intermediárias da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais – ITR, elaboradas de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025; e
- (ii) Auditoria relacionada aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com escopo voltado à avaliação da adequação das informações financeiras e contábeis

vinculadas à operação, à verificação da existência, integridade e elegibilidade dos recebíveis que lastreiam a emissão, bem como à realização de procedimentos destinados a analisar a conformidade da estrutura do CRA com os documentos da operação e a regulamentação aplicável, incluindo a correta apuração da remuneração dos títulos, a observância das obrigações contratuais e a consistência dos controles e processos relevantes, com o objetivo de conferir maior transparência e confiabilidade às informações disponibilizadas aos investidores e demais partes interessadas.

A Companhia adotou como princípio fundamental a preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência por auditarem os seus próprios serviços e não terem participado de função de gerência da Companhia. Com relação a outros serviços prestados pelos auditores independentes, a Companhia tem por procedimento a obtenção de aprovação prévia pelo Comitê de auditoria da Companhia, de forma a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

Serviços de Auditoria e Consultoria (valores em R\$)	2025
Auditoria das Demonstrações Financeiras	697.341,90
Prestação de Serviços Auditoria do CRA	985.014,58
Total	1.682.356,48



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Três Tentos Agroindustrial S.A.
Santa Bárbara do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Três Tentos Agroindustrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de ativos e passivos atrelados a *commodities*

Veja as Notas 5, 7, 8 e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em função da natureza de suas operações, a Companhia mantém transações ativas e passivas, tais como: estoques, cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo, que são atreladas a <i>commodities</i> e estão mensuradas pelo seu valor justo. A determinação do valor justo considera a política contábil da Companhia e utiliza premissas que estão sujeitas ao julgamento significativo da sua Administração, conforme descrito na nota 3.2. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo dessas transações e ao impacto que eventuais mudanças na política contábil e nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Obtenção do entendimento (i) do processo de definição e aplicação das políticas contábeis da Companhia para transações com <i>commodities</i>; e (ii) do processo de valorização dos ativos e passivos atrelados a <i>commodities</i> que são mensurados a valor justo; - Avaliação se a classificação e a contabilização das transações com <i>commodities</i> foram baseadas nas políticas contábeis e diretrizes da Companhia, bem como nos requerimentos estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis; - Avaliação, por amostragem, dos termos de contratos futuros de compra e venda de <i>commodities</i> e das cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), com o objetivo de avaliar os termos contratuais das <i>commodities</i> utilizadas na mensuração do valor justo de tais instrumentos; - Avaliação, por amostragem, de transações de aquisições de <i>commodities</i> a fixar, com o objetivo de

	avaliar a quantidade a fixar das <i>commodities</i> utilizadas na mensuração do valor justo; - Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, das premissas relacionadas ao preço das <i>commodities</i>, com base em informações de mercado, utilizado para cálculo do valor justo de estoques, cédulas de crédito dos produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração ao valor justo dos ativos e passivos atrelados a <i>commodities</i>, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
--	---

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do

nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 05 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7



Felipe Brutti da Silva

Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80

Na qualidade de Diretores Estatutários da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Principal, nº 187, Distrito Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.813.102/0001-70, nos termos do artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e alterações introduzidas posteriormente, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

05 de março de 2026.

João Marcelo Dumoncel

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores

Cristiano Machado Costa

Diretor Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80

Na qualidade de Diretores Estatutários da Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com sede na cidade de Santa Bárbara, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Principal, nº 187, Distrito Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94.813.102/0001-70, nos termos do artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e alterações introduzidas posteriormente, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes Ltda., em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

05 de março de 2026.

João Marcelo Dumoncel

Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores

Cristiano Machado Costa

Diretor Financeiro

Três Tentos Agroindustrial S.A.
Balanco Patrimonial
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	1.780.757	1.184.252	2.560.066	1.696.858
Aplicações financeiras	4.2	178.471	67.337	195.360	75.404
Contas a receber clientes	5	2.194.846	1.586.065	2.147.422	1.396.538
Estoques	7	2.158.913	1.782.431	2.158.913	1.782.431
Adiantamentos	7	129.015	142.300	129.261	142.491
Instrumentos financeiros derivativos	8	508.095	402.092	508.095	402.092
Imposto de renda e contribuição social	6.1	5.704	41.716	7.866	41.940
Impostos a recuperar	6.2	325.253	167.400	325.253	167.400
Despesas antecipadas		61.412	7.963	62.348	8.829
Contas a receber de partes relacionadas	28	-	9.909	-	9.909
Outros ativos		39.959	51.062	39.457	52.498
Total ativo circulante		7.382.425	5.442.527	8.134.041	5.776.390
Não circulante					
Contas a receber clientes	5	56.418	5.574	56.418	5.574
Instrumentos financeiros	8	71	-	71	-
Imposto de renda e contribuição social	6.1	113.181	146.604	113.181	146.604
Impostos a recuperar	6.2	122.866	70.701	122.866	70.701
Depósitos judiciais	17	201	168	201	168
Impostos diferidos	26	35.461	167.038	38.619	167.859
Outros ativos		1.088	1.035	1.088	1.035
Total do realizável a longo prazo		329.286	391.120	332.444	391.941
Investimentos	9	132.234	134.522	18.515	5.179
Direito de uso em arrendamentos	10	40.267	16.351	44.071	21.949
Ativo biológico		15.989	-	15.989	-
Imobilizado	11	4.454.931	2.620.688	4.472.432	2.638.711
Intangível	12	85.256	54.082	86.863	55.253
Total ativo não circulante		5.057.963	3.216.763	4.970.314	3.113.033
Total do ativo		12.440.388	8.659.290	13.104.355	8.889.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	13	2.813.466	2.045.678	2.816.665	2.073.245
Instrumentos financeiros derivativos	8	199.739	330.591	200.348	330.591
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	1.951.420	758.016	2.344.340	921.068
Adiantamentos de clientes		8.397	23.676	256.005	23.716
Arrendamentos a pagar	10	6.263	5.344	8.096	7.416
Imposto de renda e contribuição social a recolher		22.929	85.951	23.249	87.180
Impostos e contribuições a recolher		21.454	15.976	23.841	17.499
Obrigações trabalhistas		95.024	78.900	98.477	80.669
Parcelamentos tributários	16	383	1.092	383	1.092
Dividendo a pagar	14	91.015	26.184	91.015	26.184
Outros passivos		136.564	93.981	138.294	97.684
Total passivo circulante		5.346.654	3.465.389	6.000.713	3.666.344
Não circulante					
Fornecedores		37.953	26	37.953	26
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.316.622	1.134.005	2.316.623	1.145.811
Instrumentos financeiros	8	2.364	1.539	2.364	1.539
Arrendamentos a pagar	10	35.759	12.388	37.412	15.843
Parcelamentos tributários	16	1.182	1.565	1.182	1.565
Provisões para litígios	17	5.237	6.664	5.237	6.664
Outras obrigações		-	-	2.957	5.913
Total passivo não circulante		2.399.117	1.156.187	2.403.728	1.177.361
Total do passivo		7.745.771	4.621.576	8.404.441	4.843.705
Patrimônio líquido					
Capital social	18	3.478.385	1.565.587	3.478.385	1.565.587
Reserva de capital		(1.954)	(6.331)	(1.954)	(6.331)
Reservas de lucros		1.218.191	2.402.702	1.218.191	2.402.702
Dividendos adicionais propostos		-	68.875	-	68.875
Ajustes de avaliação patrimonial		111	1.058	111	1.058
Transações de capital com controladas		(2.565)	(2.969)	(2.565)	(2.969)
Ajuste acumulado de conversão		2.669	9.958	2.669	9.958
Ações em tesouraria		(220)	(1.166)	(220)	(1.166)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		4.694.617	4.037.714	4.694.617	4.037.714
Participação de não controladores		-	-	5.297	8.004
Total do patrimônio líquido		4.694.617	4.037.714	4.699.914	4.045.718
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.440.388	8.659.290	13.104.355	8.889.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Demonstração do resultado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	15.885.572	12.380.446	16.423.694	12.825.771
Custo das mercadorias e produtos vendidos	23	(13.405.717)	(9.981.240)	(13.939.323)	(10.294.268)
Lucro bruto		2.479.855	2.399.206	2.484.371	2.531.503
Despesas (receitas) operacionais líquidas		(1.930.808)	(1.164.506)	(1.945.383)	(1.286.205)
Despesas de vendas	23	(1.762.751)	(1.140.533)	(1.785.330)	(1.183.262)
Despesas administrativas	23	(117.353)	(84.545)	(137.153)	(106.824)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23	(24.913)	(21.419)	(31.430)	(23.433)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(35.145)	54.379	(264)	(71)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	23	9.354	27.612	8.794	27.385
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		549.047	1.234.700	538.988	1.245.298
Resultado financeiro líquido		492.485	(237.061)	497.036	(244.272)
Receitas financeiras líquidas	25	843.397	356.588	855.886	362.827
Despesas financeiras líquidas	25	(350.912)	(593.649)	(358.850)	(607.099)
Resultado antes dos impostos e contribuições		1.041.532	997.639	1.036.024	1.001.026
Imposto de renda e contribuição social		(225.865)	(239.016)	(227.325)	(244.661)
Corrente	26	(129.068)	(134.164)	(132.865)	(138.855)
Diferido	26	(96.797)	(104.852)	(94.460)	(105.806)
Lucro atribuído a:					
Acionistas controladores		815.667	758.623	815.667	758.623
Acionistas não controladores		-	-	(6.968)	(2.258)
Lucro líquido do exercício		815.667	758.623	808.699	756.365
Lucro líquido por ação (em R\$)	19				
Básico		1,63523	1,52243	1,62126	1,51790
Diluído		1,62810	1,51415	1,61420	1,50964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	815.667	758.623	808.699	756.365
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior – ajuste acumulado de conversão*	(7.289)	10.241	(7.289)	10.241
Total dos resultados abrangentes do exercício	808.378	768.864	801.410	766.606
Acionistas controladores	-	-	808.378	768.864
Acionistas não controladores	-	-	(6.968)	(2.258)

* Inclui o efeito de variação de taxa cambial utilizado para converter as informações financeiras da controlada que atua em ambiente econômico internacional, com moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do período antes dos impostos		1.041.532	997.639	1.036.024	1.001.026
Reconc. do lucro líq. com o caixa gerado nas ativ. operac.:					
Depreciação e amortização	29	111.219	90.154	112.088	90.788
Depreciação de ativo direito de uso em arrendamento	10	6.096	3.427	7.300	4.575
Ajuste a valor justo de <i>commodities</i> e outros estoques	23	60.460	(367.063)	60.460	(367.063)
Ajuste a valor justo de instrumento financeiro derivativo líquido dos recebimentos e pgtos.	25	(266.932)	209.683	(266.324)	209.683
Rendimento de aplicação financeira	25	(8.967)	(94.511)	(8.967)	(94.511)
Juros, atualização monetária e variação cambial sobre emprést.	25	143.310	251.251	178.584	262.289
Provisão para perdas esperadas com contas a receber	5	24.913	21.419	30.835	21.346
Provisão para litígios	17	(1.427)	(4.886)	(1.427)	(4.886)
Despesa com outorga de opções de ações	20	4.377	6.328	4.377	6.328
Ajuste a valor presente de passivo de arrendamento	10	1.428	1.367	1.748	1.264
Custo residual do ativo imobilizado baixado	11	3.602	1.228	3.602	1.228
Custo do ativo intangível baixado	12	10.188	-	10.188	-
Crédito tributário extemporâneo registrado	6	(65.637)	-	(65.637)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	35.145	(54.379)	264	71
(Aumento) Redução em ativos:					
Contas a receber de clientes	5	(664.999)	(119.073)	(813.024)	(79.288)
Estoques	7	(550.269)	(197.917)	(550.269)	(197.917)
Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	6	79.498	32.468	77.557	32.308
Impostos a recuperar	6	(144.381)	(58.103)	(144.381)	(58.105)
Adiantamentos		13.285	(2.193)	13.230	(2.285)
Despesas antecipadas		(53.449)	672	(53.519)	696
Contas a receber partes relacionadas	28	9.909	3.353	9.909	3.558
Depósitos judiciais	17	(33)	(52)	(33)	(52)
Outros ativos		11.354	2.892	6.002	2.535
Aumento (Redução) em passivos					
Fornecedores	13	855.864	(192.464)	831.498	(164.707)
Impostos indiretos e contribuições a recolher		5.478	69.443	7.627	66.361
Salários, provisões e encargos sociais		16.124	31.075	17.808	32.059
Parcelamentos tributários	16	(1.092)	(1.605)	(1.092)	(1.605)
Adiantamento de clientes		(15.279)	1.265	232.289	1.265
Outros passivos		42.582	77.171	37.653	72.401
Caixa gerado nas operações		703.899	708.589	774.370	839.362
Imposto de renda e contribuição Social Pagos	26	(166.087)	(113.150)	(172.076)	(113.150)
Caixa líq gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		537.812	595.439	602.294	726.212
Fluxos de caixa das atividades de investimento:					
Aplicações financeiras	4	(174.761)	(65.753)	(183.582)	(55.851)
Resgates de aplicações financeiras	4	71.306	272.409	71.306	272.409
Aquisição de imobilizado	11	(1.658.117)	(696.731)	(1.658.145)	(696.965)
Aquisição de intangível	12	(32.336)	(36.230)	(33.091)	(36.711)
Formação de Ativo Biológico		(14.278)	-	(14.278)	-
Investimento em controladas e coligadas	9	(39.742)	(33.516)	(13.600)	(5.250)
Alteração de participação em controlada		-	(928)	595	(928)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.847.928)	(560.749)	(1.830.795)	(523.296)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	18	-	-	2.949	-
Ações em tesouraria	18	946	308	946	308
Empréstimos e financiamentos captados	14	3.521.625	1.233.005	4.111.392	1.439.766
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14	(1.226.591)	(618.097)	(1.633.569)	(754.380)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(288.441)	(162.516)	(288.441)	(162.516)
Pagamento de dividendos	18	(95.059)	(58.411)	(95.059)	(58.411)
Pagamento de arrendamentos	10	(8.547)	(4.365)	(10.318)	(5.416)
Integralização de capital	18	2.688	-	3.809	6.108
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.906.621	389.924	2.091.709	465.459
Variação de caixa e equivalentes de caixa		596.505	424.614	863.208	668.375
Caixa e equivalentes de caixa - no início do período	4	1.184.252	759.638	1.696.858	1.028.483
Caixa e equivalentes de caixa - no final do período	4	1.780.757	1.184.252	2.560.066	1.696.858
Variação de caixa e equivalentes de caixa		596.505	424.614	863.208	668.375
Item que não afeta caixa					
Juros sobre empréstimos capitalizados		226.118	9.208	226.118	9.208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Transação de Capital com sócios	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Acionistas não controladores	Total Consolidado
				Reserva legal	Reserva de Investimento	Reserva para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	(-) Ações em tesouraria					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.565.587	(6.331)	(2.969)	39.899	452.693	1.910.110	68.875	(1.166)	11.016	-	4.037.714	8.004	4.045.718
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	947	-	-	-
Aumento de Capital	2.688	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.688	1.121	3.809
Aumento de Capital, por meio da Integralização de Reserva de Incentivo Fiscal	1.910.110	-	-	-	-	(1.910.110)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	815.667	815.667	(6.968)	808.699
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	40.831	-	-	-	-	-	(40.831)	-	-	-
Constituição de Reserva para Investimentos	-	-	-	-	684.768	-	-	-	-	(684.768)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.949	2.949
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	946	-	-	946	-	946
Dividendo adicional pago	-	-	-	-	-	-	(68.875)	-	-	-	(68.875)	-	(68.875)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	52.226	-	-	(52.226)	-	-	-
Dividendo adicional aprovado	-	-	-	-	-	-	(52.226)	-	-	-	(52.226)	-	(52.226)
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38.789)	(38.789)	-	(38.789)
Despesa outorga plano de ações	-	4.377	-	-	-	-	-	-	-	-	4.377	-	4.377
Outros	-	-	404	-	-	-	-	-	-	-	404	191	595
Efeito cambial de controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.289)	-	(7.289)	-	(7.289)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.478.385	(1.954)	(2.565)	80.730	1.137.461	-	-	(220)	2.780	-	4.694.617	5.297	4.699.914

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Transação de Capital com sócios	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Acionistas não controladores	Total Consolidado
				Reserva legal	Reserva de Investimento	Reserva para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	(-) Ações em tesouraria					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.565.587	(12.659)	(2.041)	12.456	26.216	1.699.406	58.524	(1.474)	1.722	-	3.347.737	4.154	3.351.891
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	947	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.108	6.108
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	308	-	-	308	-	308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	758.623	758.623	(2.258)	756.365
Constituição de reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	-	210.704	-	-	-	(210.704)	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	27.443	-	-	-	-	-	(27.443)	-	-	-
Constituição de Reserva para investimentos	-	-	-	-	426.477	-	-	-	-	(426.477)	-	-	-
Dividendo adicional pago	-	-	-	-	-	-	(58.524)	-	-	-	(58.524)	-	(58.524)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	68.875	-	-	(68.875)	-	-	-
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.071)	(26.071)	-	(26.071)
Despesa outorgas plano de ações	-	6.328	-	-	-	-	-	-	-	-	6.328	-	6.328
Alteração de Participação em controlada	-	-	(928)	-	-	-	-	-	-	-	(928)	-	(928)
Efeito cambial de controlada no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	10.241	-	10.241	-	10.241
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.565.587	(6.331)	(2.969)	39.899	452.693	1.910.110	68.875	(1.166)	11.016	-	4.037.714	8.004	4.045.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Três Tentos Agroindustrial S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Receita bruta de contrato com cliente	16.121.837	12.552.854	16.568.837	12.980.911
(-) Deduções de vendas	(194.436)	(172.408)	(102.626)	(155.140)
Perdas estimadas com crédito de liq. duvidosa	(24.913)	(21.419)	(31.430)	(23.433)
	15.902.488	12.359.027	16.434.781	12.802.338
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(13.287.278)	(9.916.346)	(13.820.884)	(10.229.374)
Serviços de terceiros	(1.459.688)	(855.315)	(1.470.616)	(865.585)
Outras despesas operacionais	(83.747)	(77.806)	(82.366)	(33.901)
	(14.830.713)	(10.849.467)	(15.373.866)	(11.128.860)
Valor adicionado bruto	1.071.775	1.509.560	1.060.913	1.673.478
Retenções				
Depreciações e amortizações	(117.315)	(93.581)	(119.388)	(95.365)
Valor líquido produzido pela entidade	954.460	1.415.979	941.525	1.578.113
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.304.289	755.945	1.321.893	762.260
Resultado de equivalência patrimonial	(35.145)	54.379	(264)	(71)
	1.269.144	810.324	1.321.629	762.189
Valor adicionado total a distribuir	2.223.604	2.226.303	2.263.154	2.340.302
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	379.694	328.555	390.890	328.553
Remuneração direta	261.273	209.569	269.976	209.567
Benefícios	102.865	106.021	105.152	106.021
FGTS	15.556	12.965	15.762	12.965
Impostos, taxas e contribuições	329.223	264.780	334.053	270.425
Federais	171.511	131.306	176.182	136.951
Estaduais	156.765	132.605	156.765	132.605
Municipais	947	869	1.106	869
Remuneração do capital de terceiros	699.020	874.345	729.512	984.959
Juros	481.606	223.209	490.172	236.736
Variação cambial	409.204	531.874	412.688	531.874
Aluguéis e arrendamentos	6.363	7.572	6.986	7.572
Hedge Financeiro	139.275	223.645	139.884	223.645
Outras	(337.428)	(111.955)	(320.218)	(14.868)
Remuneração de capitais próprios e outras	815.667	758.623	808.699	756.365
Lucro retido no exercício	724.652	663.677	724.037	663.658
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	(6.968)	(2.258)
Dividendos	91.015	94.946	91.630	94.965
	2.223.604	2.226.303	2.263.154	2.340.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Três Tentos Agroindustrial S.A. (“Companhia” ou “Controladora” e, em conjunto com suas controladas, o “Consolidado” ou “Grupo”), inscrita no CNPJ sob o nº 94.813.102/0001-70, é uma Companhia de capital aberto, com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código “TTEN3”, listada no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado, desde 12 de julho de 2021. A Companhia foi constituída em 12 de agosto de 1992, e possui sede na Avenida Principal nº 187, Distrito Industrial, no município de Santa Bárbara do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia atua de forma integrada ao longo da cadeia do agronegócio, abrangendo desde o fornecimento de insumos ao produtor rural até a comercialização e industrialização de *commodities* agrícolas destinadas aos mercados interno e externo. Suas principais atividades incluem o fornecimento de insumos ao produtor rural, tais como proteção de cultivos, fertilizantes e sementes, a comercialização de grãos, como soja, milho, trigo e canola, bem como a industrialização de grãos, com destaque para o processamento da soja. Essas atividades resultam na produção de derivados industriais, tais como farelo, óleo degomado, biodiesel, glicerina, ácido graxo, casca, entre outros produtos, destinados a diferentes elos da cadeia produtiva até o consumidor final.

1.1. Relação de entidades controladas, coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas refletem a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas. As participações societárias detidas nas empresas Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda. e Via Maris Navegação e Portos S.A. não são objeto de consolidação, uma vez que não conferem controle à Companhia, nem influência significativa. Os resultados dessas investidas são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. A composição das participações societárias na data do balanço é apresentada a seguir:

		Participação acionária						
		31/12/2025			31/12/2024			
Empresa	País	Direta	Indireta	Joint venture	Direta	Indireta	Joint venture	
3T International S.A.	Uruguai	100%	-	-	100%	-	-	
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	100%	-	-	100%	-	-	
Tentos Participações Ltda.	Brasil	100%	-	-	100%	-	-	
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	-	100%	-	-	100%	-	
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	-	100%	-	-	100%	-	
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	-	80%	-	-	80%	-	
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	-	26,30%	-	-	26,30%	-	
Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda.	Brasil	-	50%	-	-	50%	-	
Via Maris Navegação e Portos S.A.	Brasil	-	-	50%	-	-	50%	

Principais características das controladas, coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*):

- **3T *International* S.A.:** Sediada em Montevideu, Uruguai, a 3T *International* S.A. atua como *trading*, tendo como principal atividade a comercialização internacional de *commodities* agrícolas, centralizando as operações de exportação de *commodities* do Grupo. A partir de dezembro de 2025, suas operações passaram a ser realizadas no regime de Zona Franca Uruguia.
- **Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.:** Sediada no município de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, a Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. tem por objeto social a participação societária em instituições financeiras. Atualmente, é a controladora direta da Tentos S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
- **Tentos Participações Ltda.:** Sediada no município de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, a Tentos Participações Ltda. é caracterizada como uma holding, tendo como principal objeto social a participação societária em entidades não financeiras. Possui como controladas diretas as empresas Tentos Promotora de Vendas Ltda., Mates Locações Aéreas Ltda. e Tentos Corretora de Seguros Ltda, e é acionista da *joint venture* Via Maris.
- **Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento:** Sediada no município de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, a Tentos S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, também conhecida como “TentosCap”, é caracterizada como instituição financeira, estando sujeita à regulação e à supervisão do Banco Central do Brasil. Tem como principal objeto social a realização de operações de crédito, predominantemente direcionadas a produtores rurais que atuam como clientes e fornecedores do Grupo, incluindo a oferta de produtos e serviços financeiros, tais como cartão de crédito, financiamentos e outros instrumentos correlatos.
- **Tentos Corretora de Seguros Ltda.:** Sediada no município de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, a Tentos Corretora de Seguros Ltda. tem como atividade principal a corretagem de seguros, bem como a intermediação de planos de previdência complementar e de assistência à saúde.
- **Tentos Promotora de Vendas Ltda.:** Sediada no município de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, a Tentos Promotora de Vendas Ltda. tem como principal objeto social a promoção de vendas.
- **Mates Locações Aéreas Ltda.:** Sediada no município de Santa Bárbara do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, a Mates Locações Aéreas Ltda. tem como atividade principal a locação de aeronaves sem tripulação, destinadas à prestação de serviços de transporte aéreo à Companhia e a partes relacionadas. Possui como empresa coligada: Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda.

- **Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda.:** Sediada no município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso, a Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda. tem como atividade principal a locação de aeronaves sem tripulação, destinadas à prestação de serviços de transporte aéreo à Companhia. A sociedade foi constituída em parceria entre a Mates Locações Aéreas Ltda., empresa controlada do Grupo, e a Construtao Engenharia Ltda. A Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda. é controlada e administrada pela Construtao Engenharia Ltda., razão pela qual sua participação é contabilizada pelo método da equivalência patrimonial.
- **Via Maris Navegação e Portos S.A.:** localizada no município de Itaituba, distrito de Miritituba, a Via Maris foi constituída em parceria entre a Tentos Participações Ltda. e a Caramuru Alimentos S.A.. A companhia tem por objeto oferecer soluções de logística e armazenagem no Arco Norte do país, que incluirão estruturas para armazenagem de grãos e farelos, bem como instalações de transbordo para carregamento de barcas fluviais. A Via Maris é controlada em conjunto por suas duas acionistas, com participação societária igualitária, sendo, portanto, classificada como *joint venture* do Grupo e contabilizada pelo método da equivalência patrimonial. Na data-base das demonstrações financeiras, as referidas estruturas e instalações encontram-se em fase de implantação, com a etapa de obras civis do empreendimento em andamento.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A autorização para a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi concedida pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo, quando aplicável, conforme

apresentado na nota explicativa 8. As demonstrações financeiras refletem todas as informações consideradas relevantes pela Administração da Companhia para fins de apresentação e divulgação, correspondendo às informações utilizadas em seu processo de tomada de decisão.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras da Companhia refletem ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas do grupo, que incluem lucros não realizados, são eliminados no processo de consolidação. A lista de investidas, incluindo controladas, coligadas e *joint ventures*, está descrita na nota explicativa 1.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e possui a capacidade de afetar esses retornos por meio do exercício de poder sobre suas atividades relevantes. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando ocorre a perda de controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos, passivos e quaisquer participações de não controladores, bem como outros componentes do patrimônio líquido relacionados à investida. Eventual ganho ou perda decorrente da perda de controle é reconhecido no resultado do período. Qualquer participação remanescente na investida é mensurada ao valor justo na data da perda de controle.

(iii) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia avaliados pelo método da equivalência patrimonial compreendem as participações em controladas, controladas em conjunto (*joint ventures*) e coligadas. Coligadas são entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa, mas não possui controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais.

Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, o valor contábil do investimento é ajustado pela participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e em outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle, o controle conjunto ou a influência significativa deixe de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos em controladas também são contabilizados por esse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Salos e transações intragrupo, bem como receitas e despesas não realizadas decorrentes dessas transações, são eliminados na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são eliminados contra o valor do investimento, na proporção da participação da Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, exceto quando houver evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional no Uruguai é o dólar americano, sendo a única controlada que não utiliza a moeda local.

A moeda funcional de cada controlada, coligada e controlada em conjunto está relacionada abaixo:

Empresa	País	Moeda funcional
3T International S.A.	Uruguai	Dólar americano
Asas do Araguaia Locações Aéreas Ltda.	Brasil	Real
Mates Locações Aéreas Ltda.	Brasil	Real
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos Participações Ltda.	Brasil	Real
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Real
Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Real
Via Maris Navegação e Portos S.A.	Brasil	Real

2.5. Principais normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

Em 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor normativos emitidos no país e exterior, cujos principais foram:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02 / IAS 21, emitido pelo IASB, com pronunciamento técnico emitido pelo CPC (alterações à CPC 02 (R2)) e aprovado pela CVM, referente a ausência de permutabilidade, a qual define critérios para: avaliar quando uma moeda não é conversível em outra; estimar a taxa de câmbio à vista (*spot rate*) nesses casos e divulgar os impactos e riscos associados – A aplicação inicial desse normativo não causou impacto material nas informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais de 30 de setembro de 2025; e
- Orientação técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e crédito de descarbonização (CBIO) trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação – A aplicação dessa orientação técnica foi refletida na nota explicativa 7.1.

Aplicáveis a períodos futuros:

- IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação da demonstração do resultado, requer a divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre a agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras. A IFRS 18

estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027 e a Companhia está avaliando os impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras.

- *Risk Mitigation Accounting* (proposta IFRS 9 / IFRS 7) - O IASB publicou em dezembro/2025 o *Exposure Draft* com propostas de alterações em IFRS 9 e IFRS 7 sobre contabilidade de mitigação de risco. O *Exposure Draft* está aberto para comentários públicos até 31 de julho de 2026. O modelo proposto pretende: Alinhar a contabilidade com práticas de gestão de risco econômico dinâmico, especialmente em portfólios que não se enquadram nos modelos tradicionais de *hedge accounting* e aumentar a transparência de como atividades de gestão de risco impactam resultados e fluxos de caixa.

Outras normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente:

Outras normas, alterações, interpretações e orientações contábeis emitidas recentemente, não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente normas ainda não vigentes.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais, estimativas e julgamentos contábeis críticos

3.1. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e estão apresentadas junto a suas respectivas notas explicativas.

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer a utilização de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos relevantes por parte da Administração da Companhia na aplicação de suas políticas contábeis.

Com base em premissas consideradas razoáveis, a Companhia realiza estimativas acerca de eventos futuros. Tais estimativas e julgamentos são continuamente revisados e fundamentam-se na experiência e no conhecimento da Administração, nas informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e em outros fatores relevantes, incluindo expectativas quanto à ocorrência de eventos futuros. Por sua própria natureza, as estimativas contábeis diferem, em maior ou menor grau, dos resultados efetivamente realizados.

As estimativas e premissas que envolvem maior grau de incerteza e que podem resultar em ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

Notas	Natureza
5, 7 e 13	Mensuração do valor realizável líquido dos produtos agrícolas
10	Taxa de desconto aplicada na mensuração dos arrendamentos a pagar
11	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado
17	Probabilidade de perda e à estimativa dos valores envolvidos nos processos judiciais
26	Imposto de renda e contribuição social diferidos
8	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
20	Mensuração do valor justo das transações de pagamento baseado em ações na data de outorga

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	270.037	219.141	1.040.228	726.934
Aplicações de liquidez imediata	1.510.720	965.111	1.519.838	969.924
Renda fixa (*)	1.091.748	546.078	1.100.866	550.891
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	418.972	419.033	418.972	419.033
Total	1.780.757	1.184.252	2.560.066	1.696.858

(*) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e investimentos em títulos, com seus rendimentos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI Mensal), a uma taxa média de 98,83% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (96,74% em 31 de dezembro de 2024).

4.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Invest. Direitos Creditórios (FIDC)	-	65.953	-	65.953
Fundo de Invest. Cadeias Prod. Agroind. (FIAGRO)	66.192	-	66.192	-
Demais aplicações	112.279	1.384	129.168	9.451
Total	178.471	67.337	195.360	75.404

No exercício de 2024 a Companhia realizou a operação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Os direitos creditórios cedidos são títulos ou créditos que representam direitos de obtenção futura, originados de transações comerciais da Companhia. A operação tinha vencimento em outubro de 2025, sendo liquidada a última operação em setembro de 2025.

Em 2025 a Companhia realizou a operação de Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (FIAGRO). Os direitos creditórios cedidos são títulos ou créditos que representam direitos de obtenção futura, originados de transações comerciais da Companhia. A operação possui vencimento em dezembro de 2026, sendo a última operação com data de liquidação em agosto de 2026. O FIAGRO foi estruturado a partir de investimentos de terceiros em 79% das

cotas seniores que possuem uma taxa meta de remuneração de CDI + 1,8% ao ano. Em 31 de dezembro de 2025, a meta de remuneração do FIAGRO é de 100% do CDI mensal. A Companhia é cotista de 18,44% do fundo, por meio de 64.571 cotas subordinadas mezanino. Sendo o restante, também investido por terceiros em formato de cotas subordinadas júnior sem meta de remuneração. O fundo cumpre os requisitos de realizar transferência substancial dos riscos e benefícios vinculados ao ativo financeiro conforme prevê o CPC 48 / IFRS 9. Em virtude disso, a Companhia realizou o desreconhecimento dos ativos financeiros, resultando na baixa dos saldos das contas a receber cedidas dos seus demonstrativos contábeis.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de menor risco e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

4.3 Fundo de investimento exclusivo

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CDB	135.529	233.865
Compromissada IPCA	10.200	16.861
FIC (Fundo de investimento em cotas)	237.081	148.793
Letras Financeiras	36.162	19.514
Total	418.972	419.033

O fundo de investimento exclusivo *Hat Trick* RF CP é um fundo de renda fixa de créditos privados e públicos sob gestão, administração e custódia do Banco BTG Pactual. Não há prazo de carência para resgate de cotas, ou seja, podem ser resgatadas em D+0.

Desde 03 de agosto de 2021, o fundo é destinado exclusivamente ao benefício da Companhia. Dessa forma, em conformidade com a Resolução CVM nº 175, os ativos integrantes da carteira são reconhecidos e classificados de acordo com suas características, considerando sua liquidez e prazos de vencimento, refletindo a efetiva disponibilidade para resgate. O fundo é utilizado para a aplicação dos recursos provenientes das atividades operacionais.

O fundo não possui obrigações financeiras relevantes, sendo estas limitadas, substancialmente, às taxas de gestão, custódia, auditoria e demais despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos investimentos do fundo corresponde a 100,83% do CDI mensal, no acumulado dos últimos 12 meses (104,05% em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil:

Compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários em conta corrente e aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, sujeitas a risco insignificante de alteração de valor e destinadas à gestão de caixa de curto prazo da Companhia. As aplicações financeiras incluídas nessa rubrica são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber no mercado interno	462.179	310.209	463.672	310.209
Contas a receber no mercado externo	-	-	318.990	210.183
Cédula de produtor rural - CPR (Nota 8)	959.762	624.018	1.382.979	842.585
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 28)	888.086	691.262	62.892	76.517
Operações de crédito	-	-	44.598	1.074
Total	2.310.027	1.625.489	2.273.131	1.440.568
(-) Provisão para perdas esperadas	(58.763)	(33.850)	(69.291)	(38.456)
Total de contas a receber	2.251.264	1.591.639	2.203.840	1.402.112
Circulante	2.194.846	1.586.065	2.147.422	1.396.538
Não circulante	56.418	5.574	56.418	5.574

As Cédulas de Produto Rural (CPR) são originadas no âmbito do Grupo tanto pela Controladora, por meio da venda de insumos agrícolas a clientes, quanto pela controlada financeira, com o objetivo de atender produtores rurais que buscam captação de recursos para o financiamento de suas lavouras. Dessa forma, o Grupo atua na originação de CPRs físicas (*barter*) e CPRs financeiras.

As CPRs físicas, usualmente denominadas CPRs *barter*, têm sua liquidação vinculada ao recebimento do pagamento em grãos, e seus respectivos valores a receber são mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 8. A comercialização de insumos com liquidação em *commodities* agrícolas integra a estratégia comercial e de originação de grãos da Companhia, contribuindo para o suprimento da atividade de comercialização de grãos e para o atendimento da demanda da indústria.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A Vencer	2.067.147	1.445.809	2.006.835	1.256.282
Vencidos	184.117	145.830	197.005	145.830
De 1 a 30 dias	153.544	113.025	154.728	113.025
De 31 a 60 dias	19.524	6.596	23.919	6.596
De 61 a 90 dias	11.049	26.209	18.358	26.209
Total	2.251.264	1.591.639	2.203.840	1.402.112

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas - acima dos montantes provisionados, considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes.

A provisão para perdas esperadas apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	(33.850)	(12.431)	(38.456)	(17.110)
Adições	(91.401)	(43.416)	(101.928)	(43.343)
Reversão/Realização	58.428	21.997	62.438	19.570
Créditos baixados a prejuízo	8.060	-	8.060	2.427
Outros	-	-	595	-
Saldo no final do período	(58.763)	(33.850)	(69.291)	(38.456)

A carteira da controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (TentosCap), apresentada no saldo consolidado, é composta por CPRs financeiras e operações de crédito, como capital de giro, financiamentos rurais e crédito pessoal. A seguir, os saldos encontram-se segregados por natureza, sendo as operações de crédito detalhadas no quadro subsequente, juntamente com as respectivas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cédula de Produtor Rural (CPR)	423.217	218.567
Financiamentos rurais – LCA	19.860	-
Crédito pessoal consignado	80	466
Crédito pessoal	1.020	608
Capital de giro	23.638	-
Total da carteira de crédito	467.815	219.641
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10.528)	(4.606)
Operações de crédito	457.287	215.035

Política contábil:

As contas a receber de clientes compreendem os valores a receber decorrentes da venda de mercadorias e da prestação de serviços, incluindo, entre outros, serviços de coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade, realizados no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber com prazo de realização de até um ano são classificadas no ativo circulante. Aqueles com prazo superior a um ano são apresentados no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas esperadas ("*impairment*"), conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9. A provisão para perdas esperadas é determinada com base em premissas relacionadas ao risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas, considerando o histórico de perdas da Companhia, as condições atuais de mercado e as estimativas de condições econômicas futuras na data de reporte. A Administração exerce julgamento na definição dessas premissas e na seleção das informações utilizadas no cálculo do *impairment*.

A provisão para perdas esperadas com contas a receber é estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente às perdas esperadas na realização dos créditos. Para títulos vencidos e a vencer relacionados a clientes com risco de crédito identificado, é realizada análise individual, sendo mantidos os procedimentos de cobrança e de constituição de provisão, quando aplicável.

As contas a receber também incluem recebíveis originados de operações com Cédulas de Produto Rural (CPR), nas quais a Companhia comercializa defensivos agrícolas em troca de *commodities* agrícolas. Essas operações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data da transação. Subsequentemente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação dos preços das *commodities* (soja, milho e trigo) é ajustado com base nas cotações do mercado físico, com contrapartida no custo das mercadorias e produtos vendidos, de acordo com a política contábil adotada pela Companhia.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

As provisões para perdas esperadas com ativos financeiros são determinadas com base em premissas relacionadas ao risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas, em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9. Como política, a Companhia avalia e constitui provisão para títulos vencidos há mais de 90 dias, bem como para todos os títulos em aberto de um mesmo devedor, quando identificada evidência objetiva de aumento significativo do risco de crédito.

A manutenção, reversão ou constituição adicional de provisão em situações que envolvem renegociação de dívidas ou formalização de compromissos de pagamento é objeto de julgamento da Administração, com base em critérios qualitativos e quantitativos. Dentre os principais fatores considerados nesses julgamentos estão: as circunstâncias que levaram ao inadimplemento, incluindo eventos climáticos adversos que possam ter ocasionado quebra de safra; o histórico de

relacionamento e de adimplência do cliente; a capacidade e intenção de pagamento; e as evidências disponíveis que suportem a expectativa de recuperação dos créditos.

6. Imposto de renda, contribuição social e impostos a recuperar

6.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	88.326	152.147	90.488	152.371
CSLL	30.559	36.173	30.559	36.173
Total	118.885	188.320	121.047	188.544
Circulante	5.704	41.716	7.866	41.940
Não circulante	113.181	146.604	113.181	146.604

Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social referem-se, substancialmente, a créditos tributários extemporâneos decorrentes do reconhecimento de subvenções governamentais para investimento, conforme descrito na nota explicativa 27. A realização desses créditos ocorre por meio de compensação com tributos correntes a pagar ou mediante pedidos de ressarcimento em caixa.

6.2 Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
PIS	164.789	91.878
COFINS	220.156	90.074
ICMS	62.636	55.613
Retenções e Fundos	538	536
Total	448.119	238.101
Circulante	325.253	167.400
Não circulante	122.866	70.701

PIS e COFINS:

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS referem-se, substancialmente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas decorrentes das operações de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, bem como produção de biodiesel. Tais créditos são realizados pela Companhia por meio de compensação com tributos a pagar ou mediante pedidos de ressarcimento em caixa.

Além disso, no segundo trimestre de 2025, a Companhia reconheceu créditos tributários extemporâneos decorrentes da redução das alíquotas de PIS e COFINS associada ao Selo Social, no montante de R\$ 65.637, relativos a tributos pagos na comercialização de biodiesel nos exercícios de 2020 a 2024, passando o referido benefício a ser aplicado de forma recorrente a partir de 2025. O montante foi reconhecido no resultado do período, no custo dos produtos vendidos, e registrado no ativo circulante – impostos a recuperar. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente desses créditos encontra-se registrado, no montante de R\$ 27.897, líquido das compensações e/ou ressarcimentos efetuados no exercício, com expectativa de realização no primeiro trimestre de 2026.

ICMS:

A partir de 1º de maio de 2023, a adoção do regime de tributação monofásica, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, passou a vedar a apropriação de créditos de ICMS pelas indústrias de biodiesel, tornando esse regime incompatível com o regime geral de apuração do imposto aplicável às demais filiais da Companhia. Em decorrência dessa assimetria, a Companhia acumulou saldo credor de ICMS nas demais filiais no montante de R\$ 61.927, referente ao período de 1º de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2025.

Política contábil:

Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base no lucro tributável, conforme a legislação tributária vigente, considerando as alíquotas aplicáveis e os ajustes decorrentes das adições, exclusões e compensações permitidas.

Impostos a recuperar: Os impostos a recuperar compreendem créditos tributários de natureza federal, estadual e municipal, incluindo, entre outros, PIS, COFINS, ICMS, retenções na fonte e demais tributos, registrados quando há direito legal de recuperação, conforme a legislação tributária aplicável. Tais créditos são reconhecidos pelo valor recuperável e classificados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de realização, seja por meio de compensação com tributos correntes a pagar ou mediante pedido de ressarcimento em caixa, conforme aplicável.

7. Estoques e adiantamentos

O grupo de estoques e adiantamentos está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adubos e fertilizantes	64.821	32.068	64.821	32.068
Defensivos	805.482	541.721	805.482	541.721
Biodiesel	71.869	110.971	71.869	110.971
Outros	87.325	101.295	87.325	101.295
Total registrados a custo de aquisição/produção	1.029.497	786.055	1.029.497	786.055
Grãos	829.515	587.004	829.515	587.004
Sementes	70.495	85.101	70.495	85.101
Óleo e farelo	225.097	324.271	225.097	324.271
Créditos de Carbono (Nota 7.1)	4.309	-	4.309	-
Total registrados a valor justo (Nota 8)	1.129.416	996.376	1.129.416	996.376
Total estoques	2.158.913	1.782.431	2.158.913	1.782.431
Adiantamentos a fornecedores de estoques*	123.633	138.557	123.633	138.557
Adiantamentos a fornecedores outros	5.382	3.743	5.628	3.934
Total adiantamentos	129.015	142.300	129.261	142.491

(*) Os adiantamentos a fornecedores de estoques referem-se a compras de estoques firmadas com fornecedores de insumos agrícolas, como defensivos e fertilizantes. Tais adiantamentos foram realizados com base em condições comerciais previamente negociadas, envolvendo aspectos como preço, volume contratado e prazos de entrega. Na data-base, os produtos correspondentes ainda se encontravam em processo de recebimento, motivo pelo qual os valores permanecem registrados como adiantamentos a fornecedores de estoques no ativo circulante. A Companhia efetuou reclassificações entre as rubricas de estoques e adiantamentos. Essas reclassificações não alteram os saldos totais dos grupos patrimoniais ou os resultados anteriormente apresentados, refletindo apenas uma reorganização para melhor comparabilidade das informações.

As cotações utilizadas na valorização dos *commodities* e outros estoques na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, conforme segue:

Controladora e Consolidado					Controladora e Consolidado		
31/12/2025					31/12/2024		
Hierarquia do valor Justo	Valor unitário	Quantidade	Saldo		Valor unitário	Quantidade	Saldo
Soja*	Nível 2	135	1.632	220.252	138	2.180	301.712
Milho*	Nível 2	55	3.809	209.501	55	143	7.892
Trigo*	Nível 2	69	3.394	234.204	78	3.556	277.401
Canola*	Nível 2	145	1.142	165.558	-	-	-
Farelo***	Nível 2	1.841	107	196.979	2.081	119	247.730
Óleo***	Nível 2	5.853	5	28.118	5.826	13	76.541
Total commodities				1.054.612			911.276
Créditos de Carbono****	Nível 2	39	109	4.309	-	-	-
Semente soja**	Nível 3	584	42	24.516	516	26	13.516
Semente trigo **	Nível 3	69	73	5.048	143	474	67.779
Outras sementes**	Nível 3	677	60	40.931	1.575	2	3.805
Total outros estoques				74.804			85.100
Total				1.129.416			996.376

(*) Em milhares de sacas de 60 kg.
(**) Em milhares de toneladas.

(**) Em milhares de sacas de 40 kg.
(****) CBIOs

A análise de sensibilidade dos estoques de *commodities* e outros estoques está demonstrada na nota explicativa 21 – Gestão de riscos, considerando o modelo de gestão de riscos e proteção da Companhia.

Política contábil:

Os estoques são mensurados de acordo com a sua natureza e finalidade econômica, observando-se o disposto no CPC 16 – Estoques (IAS 2) e, quando aplicável, no CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13).

Os estoques da Companhia compreendem, principalmente:

- (i) *commodities* agrícolas destinadas à comercialização ("*trading*");
- (ii) grãos e matérias-primas;
- (iii) produtos em processo de industrialização;
- (iv) produtos acabados e derivados industriais; e
- (v) demais mercadorias, insumos e materiais auxiliares.

As *commodities* agrícolas como soja, milho e trigo são mensuradas a valor justo, deduzido dos custos de venda, e as variações no valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do

exercício em que ocorrem, devido a essas *commodities* se destinarem, substancialmente, a operações de *trading*, nas quais a mensuração a valor justo reflete de forma mais fidedigna o modelo de negócios da Companhia.

Os itens derivados do processo produtivo, tais como óleo e farelo, também são considerados *commodities*. Esses itens são inicialmente valorizados ao custo de produção, com base nas ordens de produção, que compreendem:

- o custo da matéria-prima (grãos) consumida, mensurada com base no preço de mercado;
- os gastos com mão de obra direta;
- outros custos diretos de produção; e
- a depreciação dos ativos utilizados no processo produtivo.

Subsequentemente, a Companhia confronta o custo de produção com o preço de mercado do produto acabado e reconhece eventuais diferenças nas contas de ajustes de estoques a valor justo, deduzidos dos custos de venda, com contrapartida no resultado do período.

As demais mercadorias de estoques são mensuradas pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos desses estoques são determinados com base no método do custo médio ponderado, incluindo o preço de compra, impostos não recuperáveis, fretes e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos necessários para sua conclusão e dos gastos necessários para realizar a venda. O custo dos estoques é reconhecido no resultado quando os respectivos produtos são vendidos, sendo registrado na rubrica de custo dos produtos vendidos.

7.1 Créditos de Carbono

A movimentação dos créditos de carbono no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está apresentada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade*	Valor
Reclassificação para estoques em 01/01/2025	14.438	1.012
Créditos emitidos	374.283	19.977
Créditos vendidos	(279.467)	(16.981)
Ajuste a valor justo	-	301
Saldo em 31/12/2025	109.254	4.309

(*) CBIOS

	31/12/2025
Receita com venda de créditos de carbono	35.012
Custo dos créditos de carbono vendidos	(16.680)
Resultado bruto com créditos de carbono	18.332
Despesas de vendas de créditos de carbono	366
IRPJ sobre créditos de carbono	(2.337)
Impacto líquido dos créditos de carbono no resultado	16.361

Política contábil:

A Companhia é uma das empresas produtoras de biocombustíveis do Brasil, especializada na fabricação de biodiesel a partir da soja. O biodiesel produzido pela empresa representa uma alternativa mais sustentável em relação aos combustíveis fósseis, uma vez que sua queima resulta em emissões significativamente menores de dióxido de carbono (CO₂), contribuindo assim para a mitigação dos impactos ambientais relacionados ao efeito estufa.

Em razão de seus benefícios ambientais, o biodiesel é elegível para a certificação de créditos de carbono — instrumento de incentivo à redução de emissões. Nesse contexto, a Companhia participa do programa RenovaBio, uma política nacional voltada à expansão da produção de biocombustíveis no Brasil com base na previsibilidade, sustentabilidade ambiental e eficiência energética.

A Companhia possui certificação no Programa Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituído pela Lei nº 13.576/2017, para emissão de Créditos de Carbono, em conformidade com a Resolução ANP nº 758/2018 e regulamentações do Ministério de Minas e Energia (MME). Uma unidade de CBIO representa uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e) evitada.

Os créditos de carbono (CBIOs) são gerados pela Companhia no curso normal de suas atividades, nos termos da regulamentação aplicável ao mercado regulado de descarbonização, e têm como finalidade preponderante a comercialização no mercado, representando um instrumento econômico associado à redução de emissões de gases de efeito estufa. Esses créditos são negociados no mercado, por meio da plataforma da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Até 31 de dezembro de 2024, os créditos de carbono eram apresentados no balanço patrimonial na rubrica “Ativo ambiental”. E a partir de 2025, foram reclassificados para estoques, de acordo com a Orientação OCPC 10 – Créditos de Carbono, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a qual estabelece que os créditos de carbono devem ser classificados de acordo com sua finalidade econômica. Essa mudança de classificação representa apenas uma alteração na apresentação, sem efeito sobre o reconhecimento ou mensuração dos ativos, e não teve impacto sobre o resultado do exercício.

Os créditos de carbono classificados como estoques são mensurados inicialmente ao custo de geração e subsequentemente, são mensurados a valor justo, quando aplicável, com reconhecimento no resultado do período. A realização dos créditos de carbono ocorre, predominantemente, por meio de sua venda a terceiros, ocasião em que o respectivo valor é reconhecido no resultado do exercício, nas rubricas de receita e custo correspondentes.

8. Valor justo

A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros ativos	1.467.928	1.026.110	1.891.145	1.244.677
Cédula de produtor rural - CPR (Nota 5)	959.762	624.018	1.382.979	842.585
Instrumentos financeiros derivativos	508.166	402.092	508.166	402.092
Contratos a termo de <i>commodities</i>	341.991	338.821	341.991	338.821
Operações de <i>hedge</i> – Ativo	52.115	4.991	52.115	4.991
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	-	35.382	-	35.382
Operações de <i>NDF</i> – Ativo	111.101	22.898	111.101	22.898
Operações de opções - Ativo	2.959	-	2.959	-
Estoques a valor de mercado (Nota 7)	1.129.416	996.376	1.129.416	996.376
Grãos	829.515	587.004	829.515	587.004
Sementes	70.495	85.101	70.495	85.101
Óleo e farelo	225.097	324.271	225.097	324.271
Crédito de Carbono	4.309	-	4.309	-
Total ativo	2.597.344	2.022.486	3.020.561	2.241.053
Instrumentos financeiros passivos	1.039.275	1.355.828	1.039.884	1.355.828
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 13)	837.172	1.023.698	837.172	1.023.698
Instrumentos financeiros derivativos	202.103	332.130	202.712	332.130
Contratos a termo de <i>commodities</i>	112.032	78.032	112.032	78.032
Operações de <i>hedge</i> - Passivo	23.086	16.078	23.086	16.078
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	33.977	3.331	34.586	3.331
Operações de <i>NDF</i>	33.008	234.689	33.008	234.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.247.250	1.598.982	4.640.171	1.942.608
Total passivo	5.286.525	2.954.810	5.680.055	3.298.436

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros e não financeiros no balanço patrimonial, assim como os *inputs* não observáveis significativos utilizados.

A análise de sensibilidade dos ativos e passivos mensurados a valor justo está demonstrada na nota explicativa 15 - Instrumentos financeiros, considerando o modelo de gestão de riscos e proteção das exposições ao preço das *commodities* e outros estoques comercializadas e adquiridas pela Companhia.

Tipo	Hierarquia	Ref.	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Valor Justo Operacional					
Estoques de commodities	Nível 2	Nota 7, Nota 24	O valor justo dos estoques de commodities (grãos, farelo e óleo) é determinado com base na diferença entre o preço de custo de registro do estoque e o preço de mercado na data-base, ajustado por custos portuários, prêmio e custo logístico.	Custos portuários, prêmio e custo logístico	Prêmio positivo: aumenta a premissa, aumenta o valor justo. Prêmio negativo, custo portuário e custo logístico: aumenta a premissa, reduz valor justo.
Estoques de sementes	Nível 3	Nota 7, Nota 24	O valor justo dos estoques de sementes é determinado com base na diferença entre o preço de custo de registro do estoque e o preço de mercado na data-base.	Preço de mercado na data base	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo.
Créditos de carbono	Nível 2	Nota 7, Nota 24	O valor justo dos créditos de carbono é determinado com base na diferença entre o preço de custo de registro do estoque e o preço de mercado (negociado na B3) na data-base.	Não aplicável.	Não aplicável.
Cédulas de Crédito do Produtor Rural (CPR)	Nível 2	Nota 5, Nota 15, Nota 24	O valor justo das cédulas de crédito do produtor rural é determinado com base na diferença entre o preço a termo da commodity e o preço de mercado no vencimento do contrato descontado na data-base, ajustado por custos portuários, prêmio e custo logístico, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.	Custos portuários, prêmio e custo logístico	Prêmio positivo: aumenta a premissa, aumenta o valor justo. Prêmio negativo, custo portuário e custo logístico: aumenta a premissa, reduz valor justo.
Fornecedores de commodities a fixar	Nível 2	Nota 13, Nota 15, Nota 24	O valor justo dos fornecedores de commodities a fixar é determinado com base na diferença entre o custo de aquisição da commodity e o preço pedra na data-base, ajustado por custos portuários, prêmio e custo logístico, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.	Custos portuários, prêmio e custo logístico	Prêmio positivo: aumenta a premissa, aumenta o valor justo. Prêmio negativo, custo portuário e custo logístico: aumenta a premissa, reduz valor justo.
Contratos a termo de commodities	Nível 2	Nota 15, Nota 24	O valor justo dos Contratos a termo de commodities é determinado com base na diferença entre o preço a termo da commodity e o preço de mercado no vencimento do contrato descontado na data-base, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.	Custos portuários, prêmio e custo logístico	Prêmio positivo: aumenta a premissa, aumenta o valor justo. Prêmio negativo, custo portuário e custo logístico: aumenta a premissa, reduz valor justo.
Valor Justo Financeiro					
Operações de swaps	Nível 2	Nota 15, Nota 25	O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários disponíveis no mercado.	Não aplicável	Não aplicável
Operações de derivativos de commodities	Nível 2	Nota 15, Nota 25	O valor justo das operações de hedge de commodities é determinado de acordo com a variação do mercado, podendo obter ajustes positivos ou negativos. Em uma análise de movimentação de valor de cada commodity em determinado exercício é realizada uma avaliação do preço atual em confronto o saldo contábil registrado na data base do contrato.	Não aplicável.	Não aplicável.
Operações de opções	Nível 2	Nota 15, Nota 25	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de opções é determinado com base na diferença entre a taxa de câmbio a termo e a taxa futura, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI.	Não aplicável.	Não aplicável.
Operações de NDF	Nível 2	Nota 15, Nota 25	O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de NDF é determinado com base na diferença entre a taxa de câmbio a termo e a taxa futura, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI.	Não aplicável.	Não aplicável.

Política contábil:

A Companhia mensura determinados instrumentos financeiros — tais como derivativos, contas a receber decorrentes de Cédulas de Produto Rural (CPR) e fornecedores de *commodities* a fixar — bem como estoques de *commodities*, pelo valor justo em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na premissa de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, desde que tal mercado seja acessível à Companhia.

Na mensuração do valor justo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias, para as quais existam dados suficientes e confiáveis, maximizando o uso de inputs observáveis relevantes e minimizando o uso de inputs não observáveis, conforme requerido pelas normas aplicáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia do valor justo, com base no menor nível de *input* significativo para a mensuração como um todo, conforme segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: *inputs* não observáveis para o ativo ou passivo.

Para ativos e passivos mensurados ao valor justo de forma recorrente, a Companhia avalia, ao final de cada período de divulgação, a ocorrência de transferências entre os níveis da hierarquia, reclassificando-os, quando aplicável, com base no menor nível de *input* significativo utilizado na mensuração do valor justo. Para fins de divulgação, a Companhia definiu classes de ativos e passivos com base em sua natureza, características e riscos, bem como no respectivo nível da hierarquia do valor justo em que se encontram classificados.

9. Investimentos

O total de investimentos em controladas é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participação em controladas	132.234	134.522	-	-
Participação em coligadas	-	-	1.250	1.760
Participação em controladas em conjunto	-	-	17.265	3.419
Total dos investimentos	132.234	134.522	18.515	5.179

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, na Controladora com saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimentos	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Acionária %	Participação no Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social	Transação de Capital com Sócios	Ajuste Acumulado de Conversão	Equivalência Patrimonial
3T International S.A.	1	21.254	100%	21.254	1	-	2.669	(42.551)
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	78.800	78.931	100%	78.931	78.800	(2.969)	-	2.588
Tentos Participações Ltda.	35.900	42.439	100%	42.439	35.900	-	-	4.818
Total em 31/12/2025	114.701	142.624		142.624	114.701	(2.969)	2.669	(35.145)

Investimentos	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Acionária %	Participação no Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social	Transação de Capital com Sócios	Ajuste Acumulado de Conversão	Equivalência Patrimonial
3T International S.A.	1	71.094	100%	71.094	1	-	9.958	51.162
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	53.800	50.748	100%	50.748	53.800	(2.969)	-	690
Tentos Participações Ltda.	20.139	20.684	100%	20.684	20.139	-	-	2.527
Total em 31/12/2024	73.940	142.526		142.526	73.940	(2.969)	9.958	54.379

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

Investimento	SalDOS em 31/12/2024	Integralização de Capital	Ajuste de Conversão	Equivalência Patrimonial	Ajuste de participação	AFAC	Outros	SalDOS em 31/12/2025
3T International S.A.	71.094	-	(7.289)	(42.551)	-	-	-	21.254
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	50.748	25.000	-	2.588	-	-	595	78.931
Tentos Participações Ltda.	12.680	14.640	-	4.818	(191)	102	-	32.049
Total	134.522	39.640	(7.289)	(35.145)	(191)	102	595	132.234

Investimento	SalDOS em 31/12/2023	Integralização de Capital	Ajuste de Conversão	Equivalência Patrimonial	Ajuste de participação	AFAC	Outros	SalDOS em 31/12/2024
3T International S.A.	9.691	-	10.241	51.162	-	-	-	71.094
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	33.383	17.603	-	690	(928)	-	-	50.748
Tentos Participações Ltda.	3.553	6.600	-	2.527	-	-	-	12.680
Total	46.627	24.203	10.241	54.379	(928)	-	-	134.522

Os principais saldos de investimentos em participações societárias permanentes diretas, estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
3T International S.A.	1.089.971	31	1.068.748	-	21.254
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. (**)	482.855	5.422	409.346	-	78.931
Tentos Participações Ltda. (*)	15.271	39.132	7.355	4.609	42.439
Total em 31/12/2025	1.588.097	44.585	1.485.449	4.609	142.624

Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
3T International S.A.	712.010	3	640.919	-	71.094
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. (**)	230.602	2.785	170.833	11.806	50.748
Tentos Participações Ltda. (*)	8.450	28.005	6.403	9.368	20.684
Total em 31/12/2024	951.062	30.793	818.155	21.174	142.526

Empresas	Receitas		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
3T International S.A.	7.236.101	5.093.605	(7.278.652)	(5.042.443)
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. (**)	72.330	34.988	(69.741)	(34.297)
Tentos Participações Ltda. (*)	11.480	6.376	(8.535)	(6.107)
Total	7.319.911	5.134.969	(7.356.928)	(5.082.847)

(*) Saldo consolidando as controladas indiretas Tentos Corretora de Seguros Ltda., Tentos Promotora de Vendas Ltda. e Mates Locações Aéreas Ltda.

(**) Saldo consolidando a controlada indireta Tentos S.A. Crédito Financiamento e Investimento.

Investimentos em andamento:

No último trimestre de 2025 a Companhia iniciou o processo de aquisição das empresas Grão Pará Bioenergia e Grão Para Participações, com foco na produção de etanol de milho e DDG. Em 31 de dezembro de 2025 a referida aquisição estava condicionada ao cumprimento de condições precedentes e de aprovação pelas autoridades concorrenciais (CADE). Em 20 de fevereiro de 2026, foi obtida a aprovação do CADE para a aquisição das empresas e em 26 de fevereiro de 2026, a operação foi concluída com o pagamento de R\$ 15.000.

Política contábil:

Os investimentos em participações societárias da Companhia são classificados conforme o grau de influência exercido sobre as investidas:

Controladas: As controladas são aquelas sobre as quais a Companhia exerce controle. Os investimentos em controladas são registrados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Coligadas e joint ventures: As coligadas e joint ventures são aquelas sobre as quais a Companhia exerce influência significativa ou controle conjunto. Os investimentos nessas entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das investidas reconhecidos por equivalência patrimonial é registrada no resultado do período, líquida dos efeitos tributários.

Os investimentos são avaliados periodicamente quanto à existência de evidências objetivas de perda por redução ao valor recuperável. Quando identificada a necessidade de ajuste, o valor do investimento é reduzido ao seu valor recuperável, com o reconhecimento da perda no resultado do período.

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar

A Companhia possui contratos de arrendamento de lojas comerciais, armazéns e escritórios localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Além desses, em 2025 foram firmados novos contratos de arrendamento de fazendas destinadas ao cultivo de florestas de eucalipto no estado do Mato Grosso.

As taxas de desconto aplicadas variam de 7,81% a 12,05% ao ano em 31 de dezembro de 2025 e 7,00% a 16,66% a.a. em 31 de dezembro de 2024. O prazo médio dos contratos é de aproximadamente 10 (dez) anos em 31 de dezembro de 2025 e 5 (cinco) anos em 31 de dezembro de 2024. A movimentação dos ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada a seguir.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	16.351	21.949
Adições de novos contratos	23.083	23.507
Remensurações de contratos	7.633	6.619
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(6.800)	(8.004)
Saldo em 31/12/2025	40.267	44.071
Saldo em 31/12/2023	10.674	18.106
Adições de novos contratos	1.844	2.258
Remensurações de contratos	7.260	6.160
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(3.427)	(4.575)
Saldo em 31/12/2024	16.351	21.949
Passivo circulante em 31/12/2025	6.263	8.096
Passivo não circulante em 31/12/2025	35.759	37.412
Passivo circulante em 31/12/2024	5.344	7.416
Passivo não circulante em 31/12/2024	12.388	15.843

A movimentação dos arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2024	17.732	23.259
Adições de novos contratos	23.083	23.507
Remensurações de contratos	7.633	6.619
Realizações dos juros sobre arrendamentos a pagar	2.121	2.441
(-) Pagamentos	(8.547)	(10.318)
Saldo em 31/12/2025	42.022	45.508
Saldo em 31/12/2023	11.626	18.993
Adições de novos contratos	1.844	2.258
Remensurações de contratos	7.260	6.160
Realização dos juros sobre arrendamentos a pagar	1.367	1.264
(-) Pagamentos	(4.365)	(5.416)
Saldo em 31/12/2024	17.732	23.259

Em 31 de dezembro de 2025, a análise dos saldos dos arrendamentos a pagar por vencimento é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	6.263	8.096
De 1 a 2 anos	6.284	7.937
De 2 a 3 anos	4.101	4.101
De 3 a 4 anos	3.231	3.231
De 4 a 5 anos	2.630	2.630
Acima de 5 anos	19.513	19.513
Total	42.022	45.508

Política contábil:

De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, um contrato é classificado como arrendamento quando confere à Companhia o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado, em troca de contraprestação.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, líquidos de incentivos recebidos, descontados pela taxa incremental de empréstimo da Companhia na data de início do contrato.

A taxa incremental de arrendamento é determinada com base na curva ponderada do CDI/Pré, acrescida do risco de crédito da Companhia e de um *spread* compatível com o risco do ativo subjacente. A Companhia adota o expediente prático previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16 de utilizar uma taxa de desconto única para contratos com características semelhantes e prazos equivalentes.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, correspondente ao valor inicial do arrendamento a pagar, ajustado por pagamentos efetuados antes ou na data de início, custos diretos iniciais e obrigações estimadas de desmontagem ou restauração, quando aplicável. Subsequentemente, o ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é atualizado pelo reconhecimento dos encargos financeiros ao longo do prazo contratual e reduzido pelos pagamentos efetuados. O passivo é remensurado sempre que houver alteração nos fluxos de caixa futuros decorrente de revisão do prazo do arrendamento, exercício ou não de opções de renovação ou rescisão, ou alteração nos pagamentos variáveis dependentes de índices ou taxas.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para contratos classificados como de curto prazo (prazo inferior ou igual a 12 meses) ou que envolvam ativos de baixo valor, conforme permitido pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos linearmente no resultado ao longo do prazo contratual.

Determinados contratos de arrendamento celebrados pela Companhia possuem cláusulas de pagamentos variáveis atreladas ao preço da *commodity* soja. Tais pagamentos variáveis não dependem de índice ou taxa financeira e, portanto, não integram a mensuração inicial do passivo de arrendamento, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que são incorridos, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

Para a mensuração inicial do ativo de direito de uso, a Companhia calcula o valor presente dos arrendamentos a pagar utilizando taxas de desconto específicas, definidas de acordo com os prazos e características dos contratos. As taxas de desconto são determinadas com base na curva ponderada CDI/Pré, acrescida do risco de crédito da Companhia e de um *spread* associado ao risco do ativo subjacente, conforme requerido pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16.

A determinação dessas taxas envolve julgamentos relevantes, especialmente no que se refere à data-base das curvas de juros utilizadas, bem como à avaliação do risco de crédito da Companhia, os quais podem impactar de forma significativa o valor reconhecido do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso.

11. Imobilizado

11.1. Movimentação do ativo imobilizado - Controladora

Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31/12/2024	103.841	719.387	187.952	163.753	731.919	12.589	18.022	5.098	970.133	2.912.694
Adições	-	700	1.231	27.106	19.542	4.528	7.742	1.143	1.670.190	1.732.182
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	215.562	215.562
Baixas	-	(23)	(33)	(4.790)	(1.369)	(16)	(76)	(9)	-	(6.316)
Transferências (-)	11.782	253.113	100.463	-	294.289	62	257	128	(660.094)	-
Saldo em 31/12/2025	115.623	973.177	289.613	186.069	1.044.381	17.163	25.945	6.360	2.195.791	4.854.122
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.175	602.128	10.428	13.979	5.954	644.048	2.135.025
Adições	38.790	141	1.628	33.277	10.515	2.192	4.088	689	681.658	772.978
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	9.208	9.208
Baixas	-	(55)	(6)	(3.132)	(1.066)	(23)	(190)	(45)	-	(4.517)
Transferências (-)	-	171.053	73.316	1.433	120.342	(8)	145	(1.500)	(364.781)	-
Saldo em 31/12/2024	103.841	719.387	187.952	163.753	731.919	12.589	18.022	5.098	970.133	2.912.694
Depreciação										
Saldo em 31/12/2024	-	(57.128)	(35.509)	(62.756)	(122.674)	(3.482)	(8.414)	(2.043)	-	(292.006)
Depreciação	-	(14.014)	(18.699)	(19.426)	(52.056)	(1.394)	(3.662)	(648)	-	(109.899)
Baixa de depreciação	-	2	4	2.465	167	8	66	2	-	2.714
Saldo em 31/12/2025	-	(71.140)	(54.204)	(79.717)	(174.563)	(4.868)	(12.010)	(2.689)	-	(399.191)
Saldo em 31/12/2023	-	(46.048)	(20.243)	(49.161)	(79.695)	(2.658)	(5.929)	(2.106)	-	(205.840)
Depreciação	-	(11.185)	(15.079)	(15.792)	(43.205)	(1.066)	(2.608)	(520)	-	(89.455)
Baixa de depreciação	-	8	1	2.204	870	17	159	30	-	3.289
Transferências	-	97	(188)	(7)	(644)	225	(36)	553	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	(57.128)	(35.509)	(62.756)	(122.674)	(3.482)	(8.414)	(2.043)	-	(292.006)
Valor líquido contábil										
Saldo em 31/12/2025	115.623	902.037	235.409	106.352	869.818	12.295	13.935	3.671	2.195.791	4.454.931
Saldo em 31/12/2024	103.841	662.259	152.443	100.997	609.245	9.107	9.608	3.055	970.133	2.620.688

11.2. Movimentação do ativo imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Aeronaves	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Custo											
Saldo em 31/12/2024	103.841	719.387	187.952	164.480	731.919	12.589	18.025	18.217	5.098	970.133	2.931.641
Adições	-	700	1.231	27.106	19.542	4.528	7.770	-	1.143	1.670.190	1.732.210
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215.562	215.562
Baixas	-	(23)	(33)	(4.790)	(1.369)	(16)	(76)	-	(9)	-	(6.316)
Transferências (-)	11.782	253.113	100.463	-	294.289	62	257	-	128	(660.094)	-
Saldo em 31/12/2025	115.623	973.177	289.613	186.796	1.044.381	17.163	25.976	18.217	6.360	2.195.791	4.873.097
Saldo em 31/12/2023	65.051	548.248	113.014	132.667	602.128	10.428	13.983	18.217	5.954	644.048	2.153.738
Adições	38.790	141	1.628	33.512	10.515	2.192	4.088	-	689	681.658	773.213
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.208	9.208
Baixas	-	(55)	(6)	(3.132)	(1.066)	(23)	(190)	-	(45)	-	(4.517)
Transferências (-)	-	171.053	73.316	1.433	120.342	(8)	145	-	(1.500)	(364.781)	-
Saldo em 31/12/2024	103.841	719.387	187.952	164.480	731.919	12.589	18.026	18.217	5.098	970.133	2.931.642
Depreciação											
Saldo em 31/12/2024	-	(57.128)	(35.509)	(62.964)	(122.674)	(3.482)	(8.414)	(716)	(2.043)	-	(292.930)
Depreciação	-	(14.014)	(18.699)	(19.572)	(52.056)	(1.394)	(3.662)	(404)	(648)	-	(110.449)
Baixa de depreciação	-	2	4	2.465	167	8	66	-	2	-	2.714
Saldo em 31/12/2025	-	(71.140)	(54.204)	(80.071)	(174.563)	(4.868)	(12.010)	(1.120)	(2.689)	-	(400.665)
Saldo em 31/12/2023	-	(46.048)	(20.243)	(49.233)	(79.695)	(2.658)	(5.929)	(311)	(2.106)	-	(206.223)
Depreciação	-	(11.185)	(15.079)	(15.928)	(43.205)	(1.066)	(2.608)	(405)	(520)	-	(89.996)
Baixa de depreciação	-	8	1	2.204	870	17	159	-	30	-	3.289
Transferências	-	97	(188)	(7)	(644)	225	(36)	-	553	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	(57.128)	(35.509)	(62.964)	(122.674)	(3.482)	(8.414)	(716)	(2.043)	-	(292.930)
Valor líquido contábil											
Saldo em 31/12/2025	115.623	902.037	235.409	106.725	869.818	12.295	13.966	17.097	3.671	2.195.791	4.472.432
Saldo em 31/12/2024	103.841	662.259	152.443	101.516	609.245	9.107	9.611	17.501	3.055	970.133	2.638.711

a) Imobilizado em andamento

As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2025 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos, além de ampliações nas indústrias. A Companhia segue com as reformas e ampliações na Indústria de extração de óleo de Ijuí/RS e de Cruz Alta/RS, com previsão de conclusão das obras durante o exercício de 2026. A indústria de Vera/MT segue com obras de melhoria e ampliação da atual estrutura já em funcionamento, cuja conclusão está prevista ao longo do exercício de 2026. Também existem obras em andamento relacionadas às novas filiais comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, e a nova indústria de Etanol de Milho, em Porto Alegre do Norte/MT.

No exercício de 2025, foi concluída uma fase das obras referentes aos projetos das Indústrias de Vera/MT, Cruz Alta/RS, Ijuí/RS e parte da indústria de etanol de milho em Porto Alegre do Norte - MT. Também foram realizadas imobilizações de lojas comerciais do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 13,39% a.a. no período de janeiro a dezembro de 2025 (11,07% a.a. de janeiro a dezembro de 2024).

b) Garantias

Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos e financiamentos, atrelados ao seu próprio financiamento, conforme demonstrado na nota 14.

c) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado de forma constante pela Administração, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de *impairment*.

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração: Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição e/ou construção, o qual compreende o preço de compra, os impostos não recuperáveis, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condições de funcionamento pretendidas pela Administração, bem como os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, em conformidade com o CPC 20 / IAS 23. Após o reconhecimento inicial, os ativos do imobilizado são mensurados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme o CPC 01 / IAS 36.

Determinados itens do ativo imobilizado tiveram seus custos ajustados por meio da revisão do custo atribuído (*deemed cost*), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10 (IFRS 1), aplicável

à adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, CPC 28, CPC 37 e CPC 43. A contrapartida do custo atribuído, bem como dos respectivos impostos diferidos, foi registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Quando partes significativas de um item do ativo imobilizado apresentam vidas úteis distintas, tais partes são reconhecidas e depreciadas separadamente, como componentes principais, em conformidade com o CPC 27 / IAS 16. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação ou baixa de itens do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Custos subsequentes: Os custos incorridos após o reconhecimento inicial são capitalizados somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados ao gasto fluirão para a Companhia e quando o custo puder ser mensurado de forma confiável. Os demais custos são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada de cada ativo, de forma que o valor depreciável — correspondente ao custo do ativo, deduzido de seu valor residual, quando aplicável — seja alocado de maneira sistemática ao longo de sua vida útil. Terrenos e ativos em construção não são depreciados. As vidas úteis, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social, e quaisquer alterações nas estimativas são reconhecidas prospectivamente. A despesa de depreciação é reconhecida no resultado do exercício.

No encerramento de cada exercício social, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de identificar a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável. Havendo tais indícios, o valor recuperável do ativo é estimado, a fim de mensurar eventual perda por desvalorização. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos com vida útil definida pudessem apresentar desvalorização relevante. Como resultado dessa avaliação, não foram identificadas evidências de que tais ativos estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de recuperação por meio do uso ou da venda.

Abaixo evidenciamos a vida útil estimada por tipo de imobilizado:

Imobilizados	Vida Útil Estimada
Edificações e Prédios	entre 40 e 60 anos
Instalações	10 anos
Veículos	entre 5 e 10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Computação	5 anos
Aeronaves	5 anos
Outros	entre 5 e 10 anos

12. Intangível

Movimentação do ativo intangível

	Controladora			Consolidado		
	Intangível	Intangível em andamento	Total	Intangível	Intangível em andamento	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2024	6.899	50.111	57.010	8.163	50.111	58.274
Adições	1.720	30.720	32.440	2.475	30.720	33.195
Juros capitalizados	-	10.242	10.242	-	10.242	10.242
Baixas	-	(10.188)	(10.188)	-	(10.188)	(10.188)
Saldo em 31/12/2025	8.619	80.885	89.504	10.638	80.885	91.523
Saldo em 31/12/2023	2.647	18.132	20.779	3.431	18.132	21.563
Adições	4.252	31.979	36.231	4.732	31.979	36.711
Saldo em 31/12/2024	6.899	50.111	57.010	8.163	50.111	58.274
Amortização						
Saldo em 31/12/2024	(2.928)	-	(2.928)	(3.021)	-	(3.021)
Amortização	(1.320)	-	(1.320)	(1.639)	-	(1.639)
Saldo em 31/12/2025	(4.248)	-	(4.248)	(4.660)	-	(4.660)
Saldo em 31/12/2023	(2.229)	-	(2.229)	(2.229)	-	(2.229)
Amortização	(699)	-	(699)	(792)	-	(792)
Saldo em 31/12/2024	(2.928)	-	(2.928)	(3.021)	-	(3.021)
Valor Residual						
Saldo em 31/12/2025	4.371	80.885	85.256	5.978	80.885	86.863
Saldo em 31/12/2024	3.971	50.111	54.082	5.142	50.111	55.253

- a) Intangível em andamento
- O intangível em andamento em 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, a gastos incorridos no desenvolvimento interno de aplicações, customizações e integrações tecnológicas associadas ao ambiente SAP, incluindo soluções e automações de processos que suportam ganhos de eficiência operacional, integração de processos e melhoria dos controles internos.
- Tais investimentos estão relacionados a desenvolvimentos internos que resultam na criação de funcionalidades de propriedade intelectual da Companhia, que se conectam ao ambiente SAP e configuram recursos identificáveis e controlados pela entidade. Esses projetos são classificados como ativos intangíveis em fase de desenvolvimento, uma vez que ainda não se encontram disponíveis para uso, sendo capitalizados quando atendidos os critérios previstos no CPC 04, incluindo viabilidade técnica, intenção e capacidade de conclusão, bem como expectativa de geração de benefícios econômicos futuros atribuíveis à Companhia.

b) Valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

O ativo intangível tem o seu valor recuperável analisado de forma constante pela Administração, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar indicativos de *impairment*.

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração: Os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis, reconhecidos quando é provável que benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo fluirão para a Companhia e seu custo possa ser mensurado com confiabilidade, em conformidade com o CPC 04. Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo. Os gastos com desenvolvimento interno de sistemas, aplicações tecnológicas, customizações e integrações são capitalizados quando atendidos os critérios de reconhecimento aplicáveis, incluindo viabilidade técnica, intenção e capacidade de conclusão, geração de benefícios econômicos futuros e mensuração confiável dos custos. Gastos incorridos na fase de pesquisa, manutenção ou atividades que não resultem na criação de recursos identificáveis e controlados pela Companhia são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso são classificados como intangível em andamento e não são amortizados.

Amortização: Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma sistemática ao longo de suas vidas úteis estimadas, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Quando esse padrão não puder ser determinado com confiabilidade, a amortização é reconhecida pelo método linear. A amortização tem início quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra no local e condição necessários para operar da forma pretendida pela Administração. As vidas úteis, métodos de amortização e valores residuais são revisados periodicamente e ajustados prospectivamente quando aplicável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, não são amortizados e são testados anualmente quanto à redução ao valor recuperável.

13. Fornecedores

Os fornecedores de bens e serviços estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores no mercado interno	1.923.423	959.544	1.926.622	987.111
Fornecedores no mercado externo	52.871	62.436	52.871	62.436
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i> (Nota 8)	837.172	1.023.698	837.172	1.023.698
Total circulante	2.813.466	2.045.678	2.816.665	2.073.245
Fornecedores no mercado interno	37.953	26	37.953	26
Total não circulante	37.953	26	37.953	26

A operação de fornecedores a fixar de *commodities* refere-se à obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data de fixação do preço e por consequência o valor final da operação. Dessa forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado da *commodity* entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, bem como devido ao momento de fixação ocorrer por liberalidade do produtor rural, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante.

Política contábil:

As contas a pagar a fornecedores representam as obrigações decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Tais obrigações são classificadas no passivo circulante quando o vencimento ocorre em até um ano após a data-base das demonstrações financeiras e, no passivo não circulante, quando o prazo de liquidação é superior a um ano.

As contas a pagar relativas à aquisição de mercadorias para revenda de insumos agrícolas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, conforme o CPC 48 / IFRS 9. As contas a pagar decorrentes da aquisição de *commodities* agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de *commodities*") são reconhecidas pelo valor justo na data do recebimento dos produtos pela Companhia. Subsequentemente, o valor justo dessas obrigações, atrelado à variação dos preços das *commodities*, é ajustado com base nas cotações do mercado físico, com contrapartida no custo das mercadorias e produtos vendidos, de acordo com a política contábil adotada pela Companhia.

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão assim representados:

Controladora						
			31/12/2025		31/12/2024	
Modalidade	Data de vencimento	Taxa média a.a.	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	Jan/26 a Mar/29	15,48%	1.309.710	270.142	331.875	381.129
Financiamentos	Jan/26 a nov/39	11,62%	190.599	267.082	112.890	112.486
Adiantamento para exportação	Abr/26 a Abr/27	16,70%	191.605	25.000	17.565	-
CRA	Abr/26 a Out/32	14,77%	10.744	484.751	-	-
Debêntures	Abr/26 a Abr/29	17,31%	19.796	555.902	14.642	553.971
Total moeda nacional			1.722.454	1.602.877	476.972	1.047.586
Adiantamento para exportação	Fev/26 a Fev/29	6,96%	26.561	58.261	70.425	86.419
Pré-pagamento de exportação	Fev/26 a Dez/30	6,29%	202.405	655.484	210.619	-
Total moeda estrangeira			228.966	713.745	281.044	86.419
Total			1.951.420	2.316.622	758.016	1.134.005

Consolidado						
			31/12/2025		31/12/2024	
Modalidade	Data de vencimento	Taxa média a.a.	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	Jan/26 a Mar/29	15,48%	1.309.710	270.142	331.875	381.129
Financiamentos	Jan/26 a nov/39	11,62%	190.599	267.082	112.890	112.486
Adiantamento para exportação	Abr/26 a Abr/27	16,70%	191.605	25.000	17.565	-
CRA	Abr/26 a Out/32	14,77%	10.744	484.751	-	-
Debêntures	Abr/26 a Abr/29	17,31%	19.796	555.902	14.641	553.970
Depósitos bancários	Fev/26 a Jun/27	14,29%	392.920	1	163.053	11.807
Total moeda nacional			2.115.374	1.602.878	640.024	1.059.392
Adiant. para exportação	Fev/26 a Fev/29	6,96%	26.561	58.261	70.425	86.419
Pré-pgto. de exportação	Fev/26 a Dez/30	6,29%	202.405	655.484	210.619	-
Total moeda estrangeira			228.966	713.745	281.044	86.419
Total			2.344.340	2.316.623	921.068	1.145.811

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2025	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2024	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2025	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2024	% sobre o Total
Moeda estrangeira (USD)	942.712	22%	367.464	19%	942.712	20%	367.464	18%
Moeda nacional (BRL)	3.325.330	78%	1.524.557	81%	3.718.251	80%	1.699.415	82%
Total	4.268.042	100%	1.892.021	100%	4.660.963	100%	2.066.879	100%

As garantias da Companhia para os empréstimos, financiamentos e debêntures estão representadas conforme abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Alienação fiduciária – imóveis	278.650	269.240
Avais*	-	430.141
Estoques	1.323.808	493.509
Total	1.602.458	1.192.890

*Os avais são concedidos pelos acionistas controladores da Companhia, sem nenhuma remuneração.

Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, além dos saldos provenientes da Controladora, existem saldos de empréstimos e financiamentos relacionados à instituição financeira que é controlada pela Companhia. Desta forma, considerando as características específicas dessas operações, tais saldos provenientes da controlada não possuem garantias.

Os montantes registrados no passivo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	1.951.420	758.016	2.344.340	921.068
2 a 3 anos	641.087	443.837	641.086	455.643
3 a 5 anos	1.222.775	684.236	1.222.775	684.236
Acima de 5 anos	452.761	5.932	452.761	5.932
Total	4.268.042	1.892.021	4.660.963	2.066.879

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Essas cláusulas contratuais, entre outras condições, proíbem expressamente qualquer alteração na composição do capital social da Companhia, bem como processos de incorporação, cisão, fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário, sem a concordância prévia e expressa das instituições financeiras credoras. Além disso, exigem que a Companhia: Não tenha protestos legítimos, ações judiciais ou processos em andamento (ou preste a serem iniciados) que, se decididos contra ela, possam afetar negativamente sua situação financeira ou sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e obtenha aprovação prévia das instituições credoras para qualquer transferência ou cessão de direitos e obrigações relacionados aos contratos.

Adicionalmente, conforme previsto em determinados contratos, a Companhia deve manter o índice de Dívida Financeira Líquida/*Ebitda* em até 3,00, excluindo do cálculo os efeitos financeiros da Tentos S.A Crédito, Financiamento e Investimento ("TentosCap"). Esse índice é

verificado trimestralmente, com base nas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025 todas as cláusulas referentes a empréstimos, financiamentos e debêntures estão adimplentes pela Companhia.

Debênture:

Em 05 de abril de 2024, a Companhia comunicou ao mercado a Oferta de distribuição pública de sua primeira debênture sob rito de registro automático de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única no valor inicial de R\$ 560.733 com a possibilidade de lote adicional de até 25% do valor total da Emissão. A classificação de risco da emissão (*rating*) atribuída pela *Standard & Poor's Rating* do Brasil Ltda. foi "AA – estável".

O prazo de liquidação deste contrato vai até 2029, ano no qual será quitado todo montante de principal. Até lá, anualmente será realizado o pagamento dos juros. A taxa de juros média do contrato é de 17,31% ao ano.

CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio:

Em 22 de outubro de 2025 a Companhia contratou Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no valor de R\$ 500.000, com vencimentos em outubro de 2030 e outubro de 2032, remunerados a uma taxa média de 14,77% ao ano.

PPE – Pré Pagamento de Exportação

Em 19 de dezembro de 2025, a Companhia realizou captação de recursos por meio da modalidade PPE – Pré-Pagamento de Exportação, no montante de R\$ 857.890. A operação tem por finalidade financiar o capital de giro vinculado às atividades de exportação, sendo liquidada com recursos provenientes das receitas de exportação. A captação foi contratada à taxa média de 6,29% a.a., acrescida do efeito cambial, com vencimento em dezembro de 2030.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos	Arrendamentos a pagar	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos	Arrendamentos a pagar
Saldo em 01 de janeiro de 2025	1.892.021	26.184	17.732	2.066.879	26.184	23.259
Alterações que afetam caixa	2.030.388	(95.059)	(8.547)	2.213.177	(95.059)	(10.318)
Pagamento de Dividendos	-	(95.059)	-	-	(95.059)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(8.547)	-	-	(10.318)
Empréstimos captados	3.545.420	-	-	4.135.187	-	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(1.226.591)	-	-	(1.633.569)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(288.441)	-	-	(288.441)	-	-
Alterações que não afetam caixa	345.633	159.890	32.837	380.907	159.890	32.567
Arrendamento a pagar - Adição/Baixa/Remensuração	-	-	30.716	-	-	30.126
Variação monet. e encargos emprést.	141.378	-	-	176.652	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	2.121	-	-	2.441
Juros capitalizados	226.118	-	-	226.118	-	-
Dividendos destacados/provisionados	-	159.890	-	-	159.890	-
Custas da debênture	1.932	-	-	1.932	-	-
Custas PPE	(17.791)	-	-	(17.791)	-	-
Custas CRA	(6.004)	-	-	(6.004)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.268.042	91.015	42.022	4.660.963	91.015	45.508
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.179.170	-	11.626	1.272.512	-	18.993
Alterações que afetam caixa	452.392	(58.411)	(4.365)	522.870	(58.411)	(5.416)
Pagamento de Dividendos	-	(58.411)	-	-	(58.411)	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(4.365)	-	-	(5.416)
Empréstimos captados	1.233.005	-	-	1.439.766	-	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(618.097)	-	-	(754.380)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(162.516)	-	-	(162.516)	-	-
Alterações que não afetam caixa	260.459	84.595	10.471	271.497	84.595	9.682
Arrendamento a pagar - Adição/Baixa/Remensuração	-	-	9.104	-	-	8.418
Variação monet. e encargos emprést.	259.946	-	-	270.984	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.367	-	-	1.264
Juros capitalizados	9.208	-	-	9.208	-	-
Dividendos destacados/provisionados	-	84.595	-	-	84.595	-
Custas da debênture	(8.695)	-	-	(8.695)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.892.021	26.184	17.732	2.066.879	26.184	23.259

15. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles o risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela Administração, buscando minimizar e antecipar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. As operações realizadas pela Companhia por meio de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros	4.722.967	3.245.320	5.471.741	3.576.466
Custo amortizado	1.357.694	1.033.574	887.053	625.480
Contas a receber	403.416	276.359	757.969	483.010
Contas a receber partes relacionadas	888.086	691.262	62.892	76.517
Aplicações financeiras (FIAGRO/FIDC)	66.192	65.953	66.192	65.953
Valor justo por meio do resultado	3.365.273	2.211.746	4.584.688	2.950.986
Caixa e equivalentes de caixa	1.780.757	1.184.252	2.560.066	1.696.858
Aplicações financeiras	112.279	1.384	129.168	9.451
Cédula de produtor rural (CPR)	959.762	624.018	1.382.979	842.585
Contratos a termo de <i>commodities</i>	341.991	338.821	341.991	338.821
Operações de <i>hedge</i>	52.115	4.991	52.115	4.991
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	-	35.382	-	35.382
Operações <i>NDF</i> - Ativo	111.101	22.898	111.101	22.898
Operações de opções - Ativo	2.959	-	2.959	-
Créditos de carbono	4.309	-	4.309	-
Passivos financeiros	7.500.150	4.381.568	7.904.443	4.599.136
Custo amortizado	6.460.875	3.025.740	6.865.168	3.243.308
Fornecedores	2.014.247	1.022.006	2.017.446	1.049.573
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.268.042	1.892.021	4.660.963	2.066.879
Passivo de arrendamento	42.022	17.732	45.508	23.259
Outros passivos	136.564	93.981	141.251	103.597
Valor justo por meio do resultado	1.039.275	1.355.828	1.039.275	1.355.828
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i>	837.172	1.023.698	837.172	1.023.698
Contratos a termo de <i>commodities</i>	112.032	78.032	112.032	78.032
Operações de <i>hedge</i>	23.086	16.078	23.086	16.078
Operações <i>swap</i> sobre empréstimos	33.977	3.331	33.977	3.331
Operações de <i>NDF</i> - Passivo	33.008	234.689	33.008	234.689

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o

valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, o que é o caso de saldo como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores.

Controladora				
	Valor contábil		Valor Justo - Nível 2	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	1.472.237	1.026.110	1.472.237	1.026.110
Cédula de produtor rural (CPR)	959.762	624.018	959.762	624.018
Contratos a termo de <i>commodities</i>	341.991	338.821	341.991	338.821
Operações de <i>hedge</i>	52.115	4.991	52.115	4.991
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	-	35.382	-	35.382
Operações <i>NDF</i> - Ativo	111.101	22.898	111.101	22.898
Operações de opções - Ativo	2.959	-	2.959	-
Créditos de carbono	4.309	-	4.309	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	5.307.317	3.247.849	5.286.525	3.123.578
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i>	837.172	1.023.698	837.172	1.023.698
Contratos a termo de <i>commodities</i>	112.032	78.032	112.032	78.032
Operações de <i>hedge</i>	23.086	16.078	23.086	16.078
Operações <i>swap</i> sobre empréstimos	33.977	3.331	33.977	3.331
Operações de <i>NDF</i> - Passivo	33.008	234.689	33.008	234.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.268.042	1.892.021	4.247.250	1.767.750
Consolidado				
	Valor contábil		Valor Justo - Nível 2	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	1.895.454	1.244.677	1.895.454	1.244.677
Cédula de produtor rural (CPR)	1.382.979	842.585	1.382.979	842.585
Contratos a termo de <i>commodities</i>	341.991	338.821	341.991	338.821
Operações de <i>hedge</i>	52.115	4.991	52.115	4.991
Operações de <i>swap</i> sobre empréstimos	-	35.382	-	35.382
Operações <i>NDF</i> - Ativo	111.101	22.898	111.101	22.898
Operações de opções - Ativo	2.959	-	2.959	-
Créditos de carbono	4.309	-	4.309	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	5.700.238	3.422.707	5.679.446	3.298.436
Fornecedores a fixar de <i>commodities</i>	837.172	1.023.698	837.172	1.023.698
Contratos a termo de <i>commodities</i>	112.032	78.032	112.032	78.032
Operações de <i>hedge</i>	23.086	16.078	23.086	16.078
Operações <i>swap</i> sobre empréstimos	33.977	3.331	33.977	3.331
Operações de <i>NDF</i> - Passivo	33.008	234.689	33.008	234.689
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.660.963	2.066.879	4.640.171	1.942.608

A Companhia efetuou reclassificações entre as linhas de receitas e despesas financeiras, somando-os conforme a natureza, com o objetivo de evidenciar esses valores pelo líquido, visando aprimorar a comparabilidade das informações. Esses ajustes de reclassificação não possuem impacto no resultado ou no patrimônio líquido.

Contas a receber – CPR / Fornecedores a fixar de *commodities* - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, têm seu valor justo atrelado à variação do preço das *commodities* (soja, milho e trigo).

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Para este cálculo de valor justo, foi utilizado o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por instituições financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Passivo de arrendamento - O reconhecimento do passivo de arrendamento refere-se aos pagamentos futuros de aluguéis líquidos e ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de desconto praticada pela Companhia.

Outros ativos financeiros - Saldos decorrentes de outras transações com terceiros, e que serão convertidos em caixa, além de saldos decorrentes de transações com partes relacionadas. Os valores justos de outros ativos financeiros não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Outros passivos - Saldos decorrentes de outras transações, que serão liquidados em caixa. Para os outros passivos, o valor contábil se aproxima do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros (CBOT) de *commodities* e swaps sobre empréstimos) - A Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente, à flutuação das variações cambiais e a preços de *commodities*. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros de proteção para mitigar sua exposição a esses riscos.

Contratos a termo – *commodities* - Os valores classificados como contratos a termo de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* por meio de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

Política contábil:**Ativos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração: As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que são originadas. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As contas a receber de clientes que não contenham componente de financiamento significativo, ou para as quais tenha sido aplicado o expediente prático permitido pela norma, são inicialmente mensuradas pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação, exceto quando classificadas ao valor justo por meio do resultado.

Os demais ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo: As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção de mercado (operações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Classificação e mensuração subsequente: A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende: (i) das características dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) do modelo de negócios adotado pela Companhia para a gestão desses ativos. Com base nesses critérios, os ativos financeiros são classificados como:

- Mensurados ao custo amortizado (CA); ou
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto quando houver alteração no modelo de negócios, caso em que a reclassificação é aplicada prospectivamente a partir do primeiro dia do período subsequente. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber, bem como instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando ambas as condições a seguir são atendidas:

- a) o ativo é mantido em modelo de negócios cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) os termos contratuais do ativo dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O custo amortizado é apurado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo reduzido por eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, os ganhos ou perdas cambiais e as perdas por *impairment* são reconhecidos no resultado, assim como quaisquer ganhos ou perdas no desreconhecimento.

Avaliação do modelo de negócios: A Companhia avalia o modelo de negócios com base na forma como os ativos financeiros são geridos para geração de fluxos de caixa, considerando, entre outros fatores:

- os objetivos e políticas estabelecidos para a carteira;
- a forma como o desempenho é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho e como são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores e as expectativas quanto a vendas futuras.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais (SPPI): Para fins dessa avaliação, o principal corresponde ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, enquanto os juros representam a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito, por outros riscos e custos básicos do empréstimo, bem como por uma margem de lucro. A Companhia avalia se os termos contratuais contêm cláusulas que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa de forma incompatível com o critério de pagamentos exclusivamente de principal e juros, considerando, entre outros aspectos:

- eventos contingentes;
- cláusulas de taxa variável;
- opções de pré-pagamento ou prorrogação; e
- restrições ao acesso aos fluxos de caixa.

Pagamentos antecipados são considerados consistentes com o critério SPPI quando representam, substancialmente, principal e juros em aberto, incluindo eventual compensação razoável pela liquidação antecipada.

Redução do valor recuperável (*impairment*): Na data do balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros apresentam evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A provisão para perdas é mensurada com base no modelo de perdas de crédito esperadas, conforme segue:

- para contas a receber de clientes: perdas esperadas para a vida inteira;
- para títulos de dívida com baixo risco de crédito: perdas esperadas para 12 meses.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia utiliza informações razoáveis e passíveis de suporte, incluindo dados históricos, análises qualitativas e quantitativas e informações prospectivas (*forward-looking*). Presume-se que o risco de crédito aumentou significativamente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

Ativos financeiros inadimplentes e baixa: Um ativo financeiro é considerado inadimplente quando: (i) é pouco provável que o devedor honre integralmente suas obrigações sem recorrer à execução de garantias; ou (ii) o ativo esteja vencido há mais de 90 dias. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não houver expectativa razoável de recuperação total ou parcial. Ativos baixados podem permanecer sujeitos a procedimentos de cobrança, não sendo esperada recuperação significativa dos valores baixados. A provisão para perdas é apresentada como dedução do valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados como:

- Mensurados ao custo amortizado, incluindo fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, mensurados pelo método da taxa de juros efetiva; ou
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo passivos mantidos para negociação ou designados nessa categoria.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado por ocasião da baixa do passivo ou ao longo do tempo, por meio da amortização da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de moeda a termo, contratos a termo de *commodities* e contratos futuros negociados em bolsa (CBOT), com o objetivo de mitigar riscos de variação cambial e de preços de *commodities*. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e, subsequentemente, mensurados ao valor justo, sendo as variações reconhecidas no resultado. Derivativos com valor justo positivo são apresentados como ativos financeiros, enquanto aqueles com valor justo negativo são apresentados como passivos financeiros.

Desreconhecimento e compensação: Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando existe direito legalmente exigível de compensação e intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada, sendo a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga reconhecida no resultado.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

A Companhia mensura as contas a receber vinculadas ao recebimento de *commodities*, bem como os estoques de *commodities* e as contas a pagar a fornecedores de *commodities* com preço a fixar, ao valor justo na data de reporte. As variações do valor justo desses ativos e passivos são reconhecidas em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. As *commodities* comercializáveis são negociadas em mercados ativos, possuem liquidez e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. O valor justo é estimado pela Administração com base em preços cotados em bolsas de valores, ajustados, quando aplicável, para refletir condições e diferenças dos mercados locais.

Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, incluindo contratos de compra e venda a termo de *commodities* e contratos futuros negociados em bolsa (CBOT). Tais instrumentos são mensurados ao valor justo, com as respectivas variações reconhecidas no custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. A Administração reconhece contabilmente ao valor justo as contas a receber oriundas de Cédulas de Produto Rural (CPR) e os contratos de compra e venda a termo liquidados por entrega física, por se tratar da prática adotada pela Companhia para contratos similares, celebrados com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais com *commodities*.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser determinado com base em preços cotados em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado, conforme previsto no CPC 48 / IFRS 9.

Os *inputs* utilizados nos modelos de avaliação são obtidos, sempre que possível, de dados observáveis de mercado. Quando tais dados não estão disponíveis, é necessário o uso de julgamento significativo para a determinação do valor justo, incluindo a avaliação de risco de crédito, risco de liquidez e volatilidade. Alterações nessas premissas podem impactar de forma relevante os valores justos reconhecidos. Informações adicionais sobre os critérios de mensuração e hierarquia do valor justo são apresentadas na nota explicativa 8.

16. Parcelamentos tributários

O saldo de parcelamentos tributários é oriundo de saldos em aberto de PIS/COFINS, parcelados perante as autoridades fiscais. Os saldos em aberto serão amortizados em 49 parcelas mensais.

Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento ICMS	-	709
Parcelamento PIS/COFINS	1.565	1.948
Total	1.565	2.657
Circulante	383	1.092
Não circulante	1.182	1.565

17. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo não circulante, conforme abaixo:

Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024
Provisões trabalhistas	5.040	6.480
Provisões cíveis	23	25
Provisões ambientais	174	159
Total não circulante	5.237	6.664

A movimentação da provisão para litígios e dos depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

	Provisões
Saldo em 31/12/2024	6.664
Reversões realizadas durante o período	(2.636)
Provisões constituídas durante o período	1.209
Saldo em 31/12/2025	5.237

Saldo em 31/12/2023	11.550
Provisões constituídas durante o período	(8.328)
Provisões constituídas durante o exercício	3.442
Saldo em 31/12/2024	<u>6.664</u>

	Depósitos judiciais
Saldo em 31/12/2024	168
Depósitos efetuados (resgatados) e atualizações	33
Saldo em 31/12/2025	<u>201</u>

Saldo em 31/12/2023	116
Depósitos efetuados (resgatados) e atualizações	52
Saldo em 31/12/2024	<u>168</u>

Adicionalmente, a Companhia foi informada pelos seus advogados da existência de processos com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025, avaliados no montante de R\$ 14.142 de natureza trabalhista (R\$ 5.545 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 38.400 de natureza tributária (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 141 de natureza cível (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

Política contábil:

As provisões são reconhecidas para contingências decorrentes de processos judiciais e administrativos quando, como resultado de eventos passados, a Companhia possui uma obrigação presente, é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidá-la e pode ser feita uma estimativa confiável do valor envolvido. A avaliação da probabilidade de perda considera, entre outros aspectos, as evidências disponíveis, a hierarquia das normas legais aplicáveis, a jurisprudência existente, as decisões judiciais mais recentes e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de assessores jurídicos externos.

As provisões são reavaliadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como a evolução processual, a ocorrência de decisões judiciais ou administrativas relevantes, a conclusão de fiscalizações, a identificação de novas contingências ou a alteração de prazos prescricionais aplicáveis.

Para as contingências classificadas como de perda possível, com base na natureza das ações e nas avaliações de seus assessores jurídicos, a Companhia não reconhece provisões, limitando-se à divulgação dos passivos contingentes em nota explicativa. As contingências classificadas como de perda remota não são provisionadas nem divulgadas, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.478.385 (R\$ 1.565.587 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 499.497.647 ações ordinárias (498.297.647 ações em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas, escrituradas e sem valor nominal. Esses montantes não contemplam custos de emissão das ações.

Em 09 de junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social e a emissão de novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, no âmbito do Primeiro Programa de Opção de Compra de ações. Assim, os administradores e empregados participantes do plano integralizaram o montante de R\$ 2.688, mediante a emissão de 1.200.000 novas ações ordinárias nominativas.

Em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal aprovaram o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização dos recursos remanescentes anteriormente alocados na Reserva para Incentivos Fiscais, reforçando a estrutura de capital da Companhia. Em decorrência disso, o montante de R\$ 1.910.110 que estava alocado como Reserva para Incentivos Fiscais foi integralizado ao capital social. Essa alteração não gerou reflexo no número de ações ordinárias.

A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada:

	Quant. de ações (Unidade)	Capital Social Subscrito e Integralizado
Saldo em 31/12/2023 e 31/12/2024	498.297.647	1.565.587
RCA 09/06 – Aumento de capital	1.200.000	2.688
RCA 30/12 – Aumento de capital	-	1.910.110
Saldo em 31/12/2025 ¹	499.497.647	3.478.385

¹ Para fins de melhor apresentação, o saldo de custos de transação com a emissão de ações, líquidos de efeitos tributários, no montante de R\$ (46.925), foi reclassificado entre capital social e reserva de capital, sem impacto no patrimônio líquido ou no resultado do exercício.

Reserva de capital

A despesa com plano de opções reconhecida no Patrimônio Líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 4.377 (R\$ 6.328 em 31 de dezembro de 2024). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 44.971 (R\$ 40.594 em 31 de dezembro de 2024). A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de opção de ações da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 20.

Em dezembro de 2025, a reserva de capital também passou a registrar os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de ações, líquidos dos respectivos efeitos tributários. O montante acumulado desses custos é de R\$ (46.925), e estão relacionados ao processo de oferta

pública inicial de ações (IPO), realizado em 2021, e à posterior oferta pública de distribuição primária de ações. O tratamento contábil adotado está em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 39 / IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A reserva de capital apresentava saldo negativo de R\$ 1.954 em 31 de dezembro de 2025, em comparação ao saldo negativo de R\$ 6.331 em 31 de dezembro de 2024.

Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R\$ 111 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.058 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, a rubrica de ajuste de avaliação patrimonial inclui também os efeitos de ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste acumulado de conversão da controlada localizada no exterior totalizou R\$ 2.669 e 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 9.958.

Transação de capital com controladas (reflexa)

Transação de capital com sócios: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi efetuada a aquisição da Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento pela controlada Tentos Holding Financeira de Participações Ltda., operação esta que gerou reflexo de R\$ 2.041 na Controladora, uma vez que o montante pago pela empresa foi maior do que o Patrimônio Líquido dela na data da operação. Durante o exercício de 2024 ocorreu ajuste no Patrimônio Líquido da controlada Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, resultando em ajuste reflexo de participação no investimento realizado pela Controladora na Tentos Holding Financeira de Participações Ltda. no montante total de R\$ 928. O montante total reflexo dessas operações em 31 de dezembro de 2025 é de (R\$ 2.565) e (R\$ 2.969) em 31 de dezembro de 2024.

Ações em tesouraria

Em 12 de abril de 2023, o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações, com o objetivo de adquirir ações ordinárias de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria. O referido programa previa a aquisição de até 2.000.000 de ações, com prazo máximo de 18 meses, iniciado em 13 de abril de 2023 e encerrado em 13 de outubro de 2024, encontrando-se, portanto, integralmente expirado.

Posteriormente, em 16 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações, com a mesma finalidade de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria. Esse programa autoriza a aquisição de até 2.000.000 de ações, com prazo de até 18 meses, iniciado em 17 de dezembro de 2024 e com término previsto para 17 de junho de 2026. Até 31 de dezembro de 2025, foram adquiridas

337.200 ações no âmbito do programa vigente, sendo que todas as aquisições ocorreram até 12 de março de 2025, ao preço médio de R\$ 12,80 por ação.

A seguir demonstramos a composição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Valor	Quantidade de ações
Saldo em 31/12/2024	(1.166)	(110.000)
RCA 16/12 – Aquisição	(3.152)	(227.200)
Exercidas no plano de <i>Stock Options</i>	4.098	320.000
Saldo em 31/12/2025	(220)	(17.200)
Saldo em 31/12/2023	(1.474)	(135.100)
RCA 12/04 – Aquisição	(19.991)	(1.864.900)
Exercidas no plano de <i>Stock Options</i>	20.299	1.890.000
Saldo em 31/12/2024	(1.166)	(110.000)

Reserva de lucros

Reserva para incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua origemão:

(i) Crédito presumido de ICMS

Refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na nota explicativa 25. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais dos quais frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF), ou seja, houve o reconhecimento do direito à não tributação definitiva desses incentivos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reverteu tal reserva amparada na sua decisão judicial que garante a não tributação definitiva dos incentivos, e dessa forma ser dispensada a obrigação de constituição de reserva para esse fim.

(ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS

Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na nota explicativa 25, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva

Legal; ou ii) aumento do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS no valor de R\$ 36.896 (R\$7.635, líquido do efeito da realização de dividendos). Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Companhia deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados.

Em 2025 e 2024 a Companhia não registrou subvenção de isenção e redução em seu resultado. Ainda em 2024, constituiu reserva de R\$ 210.704 referente à recomposição do saldo da reserva que estava pendente de constituição em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024 não havia montante pendente de reserva a ser constituída com base em lucros futuros.

(iii) Diferimento da tributação do ICMS

Refere-se aos incentivos fiscais de diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês.

No caso do fertilizante, o ICMS está dispensado quando da entrada de mercadoria com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Essa reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social.

Em 2025 e 2024 a Companhia não registrou subvenção de diferimento em seu resultado, dessa forma, não possui obrigação de constituição dessa reserva.

Em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal aprovaram o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização dos recursos remanescentes anteriormente alocados na Reserva para Incentivos Fiscais, reforçando a estrutura de capital da Companhia. Em decorrência dessa deliberação, os montantes das reservas de isenção e redução de base de cálculo do ICMS e diferimento da tributação do ICMS foram integralmente destinados para Capital Social.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldo de Reserva para Incentivos Fiscais, enquanto em 31 de dezembro de 2024 contava com R\$ 1.910.110.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até que atinja o limite de 20% do capital social. A finalidade dessa reserva é assegurar a integridade do capital social, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital, conforme previsto na legislação societária aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída Reserva Legal no montante de R\$ 40.831, com base no lucro líquido apurado no exercício.

Reserva de investimento

A reserva de investimento tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas. Esses recursos podem ser utilizados, entre outros fins, para suportar investimentos em novos projetos, ampliação da capacidade produtiva, subscrição de aumentos de capital e constituição de novos empreendimentos, contribuindo para a sustentabilidade econômico-financeira e a estratégia de crescimento de longo prazo do Grupo. A constituição e a utilização dessa reserva observam os limites e critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia, bem como a legislação societária aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída Reserva de Investimentos no montante de R\$ 684.768, com base no lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e a destinação dos dividendos obrigatórios. O saldo de reserva de investimentos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.137.461 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 452.693.

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e em conformidade com a legislação societária vigente, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, após a constituição das reservas legais e estatutárias aplicáveis.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovada a destinação total de R\$ 91.015 a título de dividendos, montante que contempla (i) o dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 38.789 (R\$ 26.071 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) dividendo adicional proposto no valor de R\$ 52.226 (R\$ 68.875 em 31 de dezembro de 2024). Os referidos dividendos foram integralmente pagos em janeiro de 2026.

A destinação do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é apresentada abaixo:

	Controladora	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	815.667	758.623
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	947	947
Lucro a destinar	816.614	759.570
Constituição de reserva de subvenção	-	210.704
Lucro livre antes da reserva legal	816.614	548.866
Reserva Legal – 5 %	40.831	27.443
Lucro livre	775.783	521.423
Dividendo mínimo obrigatório – 5%	38.789	26.071
Dividendo adicional proposto – 6,7% (2025) e 13,2% (2024)	52.226	68.875
Dividendos total	91.015	94.946
Reserva de Investimentos	684.768	426.477

19. Lucro por ação

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações.

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	815.667	758.623	808.699	756.365
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	498.807.670	498.297.647	498.807.670	498.297.647
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	500.991.921	501.023.700	500.991.921	501.023.700
Lucro básico por ação - em reais (R\$)	1,63523	1,52243	1,62126	1,51790
Lucro diluído por ação - em reais (R\$)	1,62810	1,51415	1,61420	1,50964

Política contábil:

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, acrescido do efeito dilutivo da conversão de todas as ações ordinárias potenciais em ações ordinárias, quando aplicável. Os instrumentos patrimoniais que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia são incluídos no cálculo do lucro por ação diluído somente quando sua conversão resultar em efeito dilutivo, ou seja, quando reduzir o lucro por ação.

20. Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia. A Companhia aprovou quatro programas de opção de compra de ações entre 2021 e 2025, divididos em diferentes outorgas. Cada programa possui regras específicas de carência (*vesting*), prazos de exercício e valores de exercício e justo médio. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía 160.000 ações ainda disponíveis para outorga.

A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial. Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos.

Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para as suas ações ordinárias porque as ações da Companhia não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (*income approach*, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)).

A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade.

Quando da outorga dos programas seguintes foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção da ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que atualmente é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de *vestings* e o *dividend yield* definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado. A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um *peer group*, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno.

Em caso de alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga.

A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.973 (R\$ 6.178 em 31 de dezembro de 2024). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 44.971 (R\$ 40.594 em 31 de dezembro de 2024). Os efeitos no patrimônio líquido referente ao exercício dessas opções de ações estão detalhados na nota explicativa 18.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2025:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa 1ª outorga	4º Programa 2ª outorga	4º Programa 3ª outorga
Número total de opções do plano	8.000.000	1.050.000	240.000	1.510.000	1.510.000	1.510.000
Número de opções outorgadas	8.000.000	1.050.000	240.000	800.000	550.000	100.000
Número de opções canceladas	(800.000)	-	(40.000)	(60.000)	-	-
Data da outorga	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022	05/04/2023	25/07/2024	03/03/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	R\$ 4,39	R\$ 5,97	R\$ 4,51	R\$ 5,40	R\$ 3,91	R\$ 8,45
Rendimento de dividendos (%)	1,15%	1,15%	1,15%	1,15%	1,09%	1,09%
Volatilidade esperada média (%)	36,76%	34,83%	33,62%	34,48%	30,38%	38,40%
Taxa de retorno livre de risco média (%)						
1º Vencimento	4,20%	12,38%	12,80%	12,79%	11,19%	14,61%
2º Vencimento	6,06%	12,11%	12,05%	11,41%	11,87%	14,61%
3º Vencimento	6,98%	-	11,63%	11,40%	12,08%	14,61%
4º Vencimento	7,51%	-	11,49%	11,96%	12,20%	-
5º Vencimento	7,71%	-	-	-	-	-
Prazo de vida esperado das ações (anos)						
1º Vencimento	1	2	1	1	1	1
2º Vencimento	2	4	2	2	2	2
3º Vencimento	3	-	3	3	3	3
4º Vencimento	4	-	4	4	4	-
5º Vencimento	5	-	-	-	-	-
Preço de exercício das opções (R\$)	R\$ 1,75	R\$ 7,52	R\$ 8,87	R\$ 9,08	R\$ 9,08	R\$ 9,08
Média ponderada do preço das ações (R\$)	R\$ 6,13	R\$ 11,11	R\$ 11,00	R\$ 12,14	R\$ 10,76	R\$ 15,40

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de – 01/03/2025	1%	20
A partir de – 01/03/2026	89%	2.440
A partir de – 01/03/2027	8%	210
A partir de – 01/03/2028	3%	80

Entre março de 2022 e dezembro de 2025, a Companhia realizou o exercício de opções de compra de ações ordinárias sem valor nominal por administradores e empregados participantes dos Programas do Plano de Opção de Compra de Ações. Até 31 de dezembro de 2025 foram exercidas ações referentes ao vencimento 2025. As movimentações das ações outorgadas nos programas, estão apresentadas como segue:

Plano	Ano da Outorga	Quantidade de Ações				Saldo em 31/12/2025
		Saldo em 31/12/2024	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	
Primeiro Plano	2021	2.400	-	(1.200)	-	1.200
Segundo Plano	2022	630	-	-	-	630
Terceiro Plano	2022	80	-	(40)	-	40
Quarto Plano	2023	1.120	100	(280)	(60)	880
		4.230	100	(1.520)	(60)	2.750

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício		Número de opções
	31/12/2025	31/12/2025	
Em circulação em 1º de janeiro	R\$ 4,68	4.230	
Outorgadas durante o exercício	R\$ 9,08	100	
Exercidas durante o exercício	R\$ 3,67	(1.520)	
Canceladas durante o exercício	R\$ 9,08	(60)	
Em circulação	R\$ 5,52	2.750	
Exercíveis	R\$ 9,08	20	

	Média ponderada do preço de exercício		Número de opções
	31/12/2024	31/12/2024	
Em circulação em 1º de janeiro	R\$ 3,20	5.570	
Outorgadas durante o exercício	R\$ 9,08	550	
Exercidas durante o exercício	R\$ 4,32	(1.890)	
Canceladas durante o exercício	-	-	
Em circulação	R\$ 4,68	4.230	
Exercíveis	-	-	

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$ 1,75 a R\$ 9,08.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

O valor justo das opções outorgadas no âmbito dos planos de pagamento baseado em ações é mensurado na data da outorga, com base em premissas e estimativas que exigem julgamento da Administração. Dentre os principais *inputs* utilizados no modelo de avaliação estão a vida esperada das opções, a volatilidade esperada das ações, a taxa livre de risco e o rendimento esperado de dividendos, conforme requerido pelo CPC 10 / IFRS 2. O reconhecimento do custo associado aos planos de opções é efetuado com base no valor justo das opções outorgadas, mensurado por meio do modelo binomial.

21. Gestão de risco

A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros, cujos riscos inerentes são administrados por meio de políticas internas, estratégias de gestão de posições financeiras e sistemas de controle destinados ao monitoramento e à limitação das exposições assumidas. Tais riscos compreendem, principalmente, o risco de mercado, que inclui a volatilidade nos preços de *commodities* e outros estoques, a variação cambial e as oscilações das taxas de juros, além do risco de crédito e do risco de liquidez.

A gestão global de riscos da Companhia, formalmente estabelecida por meio de políticas internas aprovadas pela Administração, está orientada à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos financeiros relevantes, considerando a imprevisibilidade e a volatilidade dos mercados financeiros. O objetivo dessa gestão é reduzir a exposição a potenciais efeitos adversos que possam impactar o desempenho financeiro, a posição patrimonial e os fluxos de caixa da Companhia.

No contexto dessa estratégia, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos, de forma seletiva e exclusivamente para fins de proteção (*hedge*), visando mitigar exposições específicas decorrentes de suas operações. A efetividade dessas estratégias é acompanhada de forma contínua, considerando os limites de exposição previamente estabelecidos e a aderência às políticas internas.

O quadro a seguir apresenta um resumo da natureza e da extensão dos riscos associados aos instrumentos financeiros aos quais a Companhia está exposta, bem como as práticas adotadas pela Administração para o gerenciamento dessas exposições.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - volatilidade no preço de <i>commodities</i> e outros estoques	Estoques e operações atreladas a <i>commodities</i> agrícolas	Análise de sensibilidade	Política de gestão de estoques, utilização de CPR, contratos a fixar com fornecedores de <i>commodities</i> , operações com contratos futuros e a termo, buscando mitigar oscilações relevantes de preços
Risco de mercado – volatilidade do câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos cambiais, como NDF e

			<i>swap</i> cambial vinculadas a empréstimos e monitoramento contínuo da exposição cambial líquida
Risco de mercado - volatilidade da taxa de juros	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Avaliação e gestão da exposição líquida, priorizando o equilíbrio entre ativos e passivos indexados
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimentos, avaliação de crédito e monitoramento da capacidade de pagamento das contrapartes	Diversificação das instituições financeiras, definição e acompanhamento de limites de crédito, observância de ratings de crédito e políticas internas de concessão
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e demais passivos financeiros	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de linhas de crédito disponíveis, alongamento de prazos de endividamento e acompanhamento contínuo das necessidades de caixa

Política de utilização, objetivos e estratégias

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia é a proteção das margens operacionais. A Companhia publicou a Política de Gerenciamento de Riscos em 23 de junho de 2023. A política tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia e de suas controladas.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente.

a) Riscos de mercado

i) Riscos de preço de *commodities* e outros estoques

A disponibilidade e os preços das *commodities* agrícolas estão sujeitos a flutuações relevantes, decorrentes de diversos fatores, incluindo, entre outros, condições climáticas adversas, ocorrência de pragas, variações nos volumes de plantio e colheita, políticas e programas governamentais, nível de concorrência, bem como alterações na demanda global, influenciadas pelo crescimento populacional, mudanças nos padrões de consumo e evolução da produção mundial de culturas similares e concorrentes.

Em função dessas exposições, a Companhia está sujeita ao risco de variações adversas nos preços das *commodities* agrícolas e outros estoques. A gestão desse risco é realizada por meio de uma estratégia integrada de proteção, que inclui a utilização de contratos futuros negociados em bolsa, operações de Cédula de Produto Rural (CPR), contratos com fornecedores a fixar de



commodities, bem como contratos de compra e venda a termo a preço fixo. Essas ferramentas têm como objetivo reduzir a volatilidade dos resultados decorrente das oscilações de preços no mercado de *commodities*.

Os resultados da Companhia podem ser impactados por fatores que limitam a efetividade dessas operações de mitigação, tais como, a volatilidade na correlação entre as posições compradas e vendidas em *commodities*, eventuais inadimplementos contratuais por parte das contrapartes, além de oscilações nos custos e na disponibilidade de frete, que podem influenciar a formação dos preços.

Os fornecedores a fixar de *commodities* não possuem prazo determinado para fixar o preço. Dessa forma, a Companhia busca proteger a sua exposição por meio da Política de Gestão de Riscos, na qual mantém o saldo a fixar acobertado por ativos, como, estoque de grãos, óleo, biodiesel e farelo. A Companhia também dispõe de fluxo financeiro compatível com a sua exposição.

Abaixo segue resumo das exposições das *commodities* e outros estoques na Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Controladora e Consolidado								Controladora e Consolidado						
	31/12/2025								31/12/2024						
	Soja ¹	Milho ¹	Trigo ¹	Canola ¹	Farelo ²	Óleo ²	Sementes ³	Créditos de Carbono ⁴	Soja ¹	Milho ¹	Trigo ¹	Farelo ²	Óleo ²	Sementes ³	
Estoques	1.632	3.809	3.394	1.142	107	5	176	109	2.180	143	3.556	119	13	502	
Contas a receber – CPR	5.080	2.720	140	29	-	-	-	-	3.339	2.341	5	-	-	-	
Contratos a termo de <i>commodities</i> – compra	22.094	12.258	38	154	65	1	-	-	11.621	5.448	2.126	15	-	-	
Contratos a termo de <i>commodities</i> – venda	(12.717)	(10.293)	(612)	-	(1.081)	(11)	-	-	(10.059)	(1.179)	(4.145)	(390)	-	-	
Fornecedores a fixar <i>commodities</i>	(5.758)	(160)	(1.675)	(31)	-	-	-	-	(7.073)	(424)	(1.474)	-	-	-	
Arrendamentos a pagar	(339)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Exposição líquida à variação de preço	9.992	8.334	1.285	1.294	(909)	(5)	176	109	8	6.329	68	(256)	13	502	

(¹) Em milhares de sacas de 60 kg. (²) Em milhares de toneladas. (³) Em milhares de sacas de 40 kg e 60 Kg. (⁴) Em milhares de CBIOs.

Análise de sensibilidade do preço das *commodities* e outros estoques

A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de *commodities* ao final do período. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a esse fator de risco, que poderia afetar o resultado antes dos impostos.

Complexo Soja:

Soja Instrumento financeiro	Volume*	Cotação em 31/12/2025	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	1.632	135	220.252	169	55.068	203	110.136	101	(55.068)	68	(110.136)
Contas a receber - CPR	5.080	134	679.055	167	169.764	201	339.528	100	(169.764)	67	(339.528)
Contratos a termo - compra	22.094	101	2.235.238	126	557.481	151	1.114.963	76	(557.481)	50	(1.114.963)
Contratos a termo - venda	(12.717)	75	(959.107)	94	(239.777)	113	(479.553)	57	239.777	38	479.553
Fornecedores - grãos a fixar	(5.758)	127	(730.084)	158	(182.521)	190	(365.042)	95	182.521	63	365.042
Arrendamentos a pagar	(339)	113	(38.251)	141	(9.563)	170	(19.125)	85	9.563	57	19.125
	9.992		1.407.103		350.452		700.907		(350.452)		(700.907)

(*) Em milhares de sacas de 60 kg.

Farelo Instrumento financeiro	Volume*	Cotação em 31/12/2025	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	107	1.841	196.979	2.301	49.248	2.762	98.497	1.381	(49.248)	921	(98.497)
Contratos a termo - compra	65	(71)	(4.647)	(89)	(1.162)	(107)	(2.324)	(54)	1.162	(36)	2.324
Contratos a termo - venda	(1.081)	927	(1.001.910)	1.159	(250.478)	1.391	(500.955)	695	250.478	464	500.955
	(909)		(809.578)		(202.392)		(404.782)		202.392		404.782

(*) Em milhares de toneladas.

Óleo Instrumento financeiro	Volume*	Cotação em 31/12/2025	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoques	5	5.853	28.118	7.316	7.029	8.780	14.058	4.390	(7.029)	2.927	(14.058)
Contratos a termo - compra	1	(406)	(406)	(508)	(102)	(610)	(203)	(305)	102	(203)	203
Contratos a termo - venda	(11)	120	(1.325)	151	(331)	181	(662)	90	331	60	662
	(5)		26.387		6.596		13.193		(6.596)		(13.193)

(*) Em milhares de toneladas.



Grãos

Milho	Volume*	Cotação em 31/12/2025	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Instrumento financeiro											
Estoques	3.809	55	209.501	69	52.374	83	104.747	41	(52.374)	28	(104.747)
Contas a receber - CPR	2.720	59	160.292	74	40.073	88	80.146	44	(40.073)	29	(80.146)
Contratos a termo - compra	12.258	52	642.078	65	158.808	78	317.616	39	(158.808)	26	(317.616)
Contratos a termo - venda	(10.293)	34	(353.888)	43	(88.472)	52	(176.944)	26	88.472	17	176.944
Fornecedores - grãos a fixar	(160)	59	(9.476)	74	(2.369)	89	(4.738)	44	2.369	30	4.738
	8.334		648.507		160.414		320.827		(160.414)		(320.827)

(*) Em milhares de sacas de 60 kg.

Trigo	Volume*	Cotação em 31/12/2025	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Instrumento financeiro											
Estoques	3.394	69	234.204	86	58.551	104	117.102	52	(58.551)	35	(117.102)
Contas a receber - CPR	140	69	9.662	86	2.416	104	4.831	52	(2.416)	35	(4.831)
Contratos a termo - compra	38	63	2.379	79	595	95	1.190	47	(595)	32	(1.190)
Contratos a termo - venda	(612)	76	(46.401)	95	(11.600)	114	(23.201)	57	11.600	38	23.201
Fornecedores - grãos a fixar	(1.675)	56	(93.388)	70	(23.347)	84	(46.695)	42	23.347	28	46.695
	1.285		106.456		26.615		53.227		(26.615)		(53.227)

(*) Em milhares de sacas de 60 kg.

Canola	Volume*	Cotação em 31/12/2025	Exposição atual	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
				Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Instrumento financeiro											
Estoques	1.142	145	165.558	181	41.390	218	82.779	109	(41.390)	73	(82.779)
Contas a receber - CPR	29	145	4.135	181	1.034	218	2.068	109	(1.034)	73	(2.068)
Contratos a termo - compra	154	134	20.691	168	5.173	202	10.346	101	(5.173)	67	(10.346)
Fornecedores - grãos a fixar	(31)	133	(4.119)	166	(1.029)	199	(2.060)	100	1.029	66	2.060
	1.294		186.265		46.568		93.133		(46.568)		(93.133)

(*) Em milhares de sacas de 60 kg.

Outros Estoques:

Sementes				25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
Instrumento financeiro	Volume*	Cotação em 31/12/2025	Exposição atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoque - soja semente	42	584	24.516	730	6.127	876	12.255	438	(6.127)	292	(12.255)
Estoque - trigo semente	73	69	5.048	86	1.262	104	2.524	52	(1.262)	35	(2.524)
Estoque - outras sementes	60	677	40.931	846	10.236	1.016	20.471	508	(10.236)	339	(20.471)
	175		70.495		17.625		35.250		(17.625)		(35.250)

(*) Em milhares de sacas de 40 kg e 60 kg.

Créditos de Carbono				25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
Instrumento financeiro	Volume*	Cotação em 31/12/2025	Exposição atual	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Estoque - créditos de carbono	109	39	4.309	49	1.065	59	2.130	29	(1.065)	20	(2.130)
	109		4.309		1.065		2.130		(1.065)		(2.130)

(*) Em milhares de CBIOs.

(ii) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial em decorrência de operações realizadas em moedas estrangeiras, principalmente o dólar, resultantes de transações comerciais futuras, bem como de ativos e passivos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial em moeda diferente da sua moeda funcional.

A Administração estabeleceu políticas internas de gestão de risco que determinam que a exposição cambial da Companhia seja monitorada e administrada em relação à sua moeda funcional, com o objetivo de reduzir a volatilidade dos resultados e dos fluxos de caixa decorrente de variações adversas nas taxas de câmbio.

Como parte de sua estratégia de mitigação, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, NDF, opções e operações de *swap* cambial, contratados exclusivamente para fins de proteção, além de realizar o acompanhamento periódico da exposição cambial líquida de suas operações, considerando, de forma integrada, instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.

O quadro a seguir apresenta a exposição cambial líquida da Companhia, expressa em milhares de dólares, na data-base indicada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	USD mil	USD mil	USD mil	USD mil
Bancos	4.908	2.335	144.620	83.335
Corretoras	43.001	30.645	43.001	30.645
Clientes	149.094	102.953	57.973	106.258
Fornecedores	(9.609)	(10.083)	(9.721)	(23.208)
Empréstimos e financiamentos	(172.418)	(47.010)	(172.418)	(47.010)
Exposição líquida a variação cambial	14.976	78.840	63.455	150.020

No quadro a seguir, são apresentadas as posições da Companhia em instrumentos financeiros derivativos, incluindo contratos NDF, opções e operações de *swap*, com a divulgação dos respectivos valores de referência (*notional*) e valores justos (MTM).

Os valores de referência (*notional*) representam os montantes contratuais acordados e não correspondem aos valores reconhecidos no balanço patrimonial, tampouco refletem, isoladamente, a exposição líquida ao risco cambial da Companhia. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo, sendo as respectivas variações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Descrição	Valor de referência (<i>notional</i>)*			Valor justo (MTM)		
	Moeda	31/12/2025	31/12/2024	Moeda	31/12/2025	31/12/2024
Contratos a termo (NDF)	USD	1.115.178	569.748	R\$	78.093	(211.792)
Opções	USD	30.000	-	R\$	2.959	-
Swap	USD	35.160	33.000	R\$	(26.281)	35.382
Total		1.180.338	602.748		54.771	(176.410)

*Os valores apresentados refletem as posições brutas de compra e venda. O valor *notional* total corresponde à soma das posições compradas e vendidas.

A seguir são demonstradas as posições brutas de compra e venda em aberto, por tipo de instrumento, com o objetivo de evidenciar a dimensão das operações contratadas e a forma como a Administração acompanha a exposição cambial, considerando instrumentos financeiros derivativos e não derivativos de maneira integrada.

Posições brutas em aberto - Notional

	31/12/2025	31/12/2024
	USD mil	USD mil
NDF Compra	347.119	131.450
NDF Venda	768.059	438.298
Opções Compra	10.000	-
Opções Venda	20.000	-
Swap sobre empréstimos	35.160	33.000

Análise de sensibilidade do risco cambial

A análise de sensibilidade apresentada a seguir foi elaborada com base na exposição à variação cambial no encerramento do exercício e reflete a expectativa da Administração quanto aos possíveis impactos desse fator de risco no resultado antes dos impostos.

Controladora										
Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2025	Cotação em 31/12/2025 (*)	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Bancos	27.005	5,502	6,88	6.751	8,25	13.503	4,13	(6.751)	2,75	(13.503)
Corretoras	236.606	5,502	6,88	59.152	8,25	118.303	4,13	(59.152)	2,75	(118.303)
Clientes mercado externo	820.374	5,502	6,88	205.093	8,25	410.187	4,13	(205.093)	2,75	(410.187)
Fornecedores	(52.871)	5,502	6,88	(13.218)	8,25	(26.435)	4,13	13.218	2,75	26.435
Empréstimos e financiamentos	(948.716)	5,502	6,88	(237.179)	8,25	(474.358)	4,13	237.179	2,75	474.358
	82.398			20.599		41.200		(20.599)		(41.200)

Consolidado										
Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2025	Cotação em 31/12/2025 (*)	25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito	Cotação	Efeito
Bancos	795.758	5,502	6,88	198.940	8,25	397.879	4,13	(198.940)	2,75	(397.879)
Corretoras	236.606	5,502	6,88	59.152	8,25	118.303	4,13	(59.152)	2,75	(118.303)
Clientes mercado externo	318.990	5,502	6,88	79.747	8,25	159.495	4,13	(79.747)	2,75	(159.495)
Fornecedores	(53.486)	5,502	6,88	(13.372)	8,25	(26.743)	4,13	13.372	2,75	26.743
Empréstimos e financiamentos	(948.716)	5,502	6,88	(237.179)	8,25	(474.358)	4,13	237.179	2,75	474.358
	349.153			87.288		174.576		(87.288)		(174.576)

(*) Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil.

(iii) Riscos de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, principalmente em decorrência de equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos contratados a taxas variáveis, o que a sujeita ao risco de fluxo de caixa associado a oscilações nas taxas de juros de mercado.

As principais taxas de referência às quais a Companhia está exposta incluem o CDI (Certificado de Depósitos Interbancários), o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e a SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*), que impactam tanto o custo do endividamento quanto o rendimento dos ativos financeiros. A Administração monitora periodicamente a exposição às variações dessas taxas, avaliando a composição entre ativos e passivos indexados, com o objetivo de mitigar potenciais efeitos adversos sobre os resultados e os fluxos de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada a seguir foi elaborada com base na exposição às taxas de juros dos principais indexadores no encerramento do exercício e reflete a expectativa da Administração quanto aos possíveis impactos desse fator de risco no resultado antes dos impostos.

Ativos e passivos financeiros com exposição da taxa de juros – CDI

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2025	Indexador CDI	Controladora							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito
Aplicações financeiras	1.204.027	14,90%	18,63%	44.850	22,35%	89.700	11,18%	(44.850)	7,45%	(89.700)
Aplicações financeiras fundos	474.964	14,90%	18,63%	17.692	22,35%	35.385	11,18%	(17.692)	7,45%	(35.385)
Empréstimos e Financiamentos	(1.811.651)	14,90%	18,63%	(67.484)	22,35%	(134.968)	11,18%	67.484	7,45%	134.968
	(132.660)			(4.942)		(9.883)		4.942		9.883

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2025	Indexador CDI	Consolidado							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito
Aplicações financeiras	1.706.080	14,90%	18,63%	63.551	22,35%	127.103	11,18%	(63.551)	7,45%	(127.103)
Aplicações financeiras – fundos	474.964	14,90%	18,63%	17.692	22,35%	35.385	11,18%	(17.692)	7,45%	(35.385)
Empréstimos e Financiamentos	(2.022.892)	14,90%	18,63%	(75.353)	22,35%	(150.705)	11,18%	75.353	7,45%	150.705
	158.152			5.890		11.783		(5.890)		(11.783)

Ativos e passivos financeiros com exposição da taxa de juros – IPCA

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2025	Indexador IPCA	Controladora							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito
Compromissada IPCA	10.200	4,26%	5,33%	109	6,39%	217	3,20%	(109)	2,13%	(217)
Financiamentos	(8.816)	4,26%	5,33%	(94)	6,39%	(188)	3,20%	94	2,13%	188
	1.384			15		29		(15)		(29)

Ativos e passivos financeiros com exposição da taxa de juros – SOFR

Instrumento financeiro	Saldo Contábil 31/12/2025	Indexador SOFR	Controladora							
			25% de aumento		50% de aumento		25% de redução		50% de redução	
			Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito	Taxa de juros	Efeito
Financiamentos	655.822	3,70%	4,63%	6.068	5,55%	12.136	2,78%	(6.068)	1,85%	(12.136)
	655.822			6.068		12.136		(6.068)		(12.136)

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras em função do inadimplemento de suas contrapartes no cumprimento de suas obrigações contratuais. As principais exposições ao risco de crédito da Companhia estão relacionadas a caixa e equivalentes de caixa, depósitos e aplicações financeiras, fluxos de caixa contratuais provenientes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos com posição favorável, bem como a contas a receber de clientes, incluindo saldos em aberto.

A gestão do risco de crédito é realizada de forma centralizada, em conformidade com as políticas internas da Companhia. Os clientes são submetidos a processos de análise e classificação de crédito, conduzidos pela área responsável, que considera, entre outros aspectos, a situação financeira, o histórico de relacionamento, a experiência passada e fatores macroeconômicos relevantes. Com base nessas avaliações, são estabelecidos limites de crédito individuais, definidos a partir de classificações internas e, quando aplicável, de informações de ratings externos. A utilização desses limites é monitorada de forma contínua, e a Administração não espera incorrer em perdas de crédito superiores aos montantes já reconhecidos por meio de provisões.

Contas a receber de clientes

Para fins de mensuração das perdas de crédito esperadas relacionadas às contas a receber de clientes, a Companhia adota a abordagem simplificada prevista no CPC 48 (IFRS 9),

reconhecendo uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil desses ativos financeiros.

As perdas de crédito esperadas são estimadas com base na análise individual dos saldos vencidos por cliente, considerando, adicionalmente, o efeito vagão, bem como informações prospectivas relevantes, quando aplicáveis. Com base nessas análises, a Administração reconhece a provisão necessária para cobrir eventuais perdas de crédito, de acordo com seu melhor julgamento.

As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. A análise de vencimento (*aging*) dos saldos de contas a receber está apresentada na Nota 5.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito relacionado a caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras é gerenciado em conformidade com a política de gerenciamento de riscos da Companhia. As aplicações são realizadas exclusivamente em instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências independentes de classificação de risco (*rating*), além do acompanhamento contínuo da qualidade de crédito dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para cumprir, nos prazos estabelecidos, as obrigações associadas a seus passivos financeiros, que são liquidados mediante pagamentos em caixa ou com a entrega de outro ativo financeiro.

A Administração realiza o monitoramento contínuo das necessidades de liquidez, por meio de projeções periódicas de fluxo de caixa, com o objetivo de assegurar que a Companhia mantenha níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa para atender às suas necessidades operacionais e financeiras. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito compromissadas e não compromissadas com instituições financeiras, com espaço disponível suficiente, de forma a mitigar o risco de descumprimento de cláusulas contratuais (*covenants*), quando aplicável.

As projeções de liquidez consideram, entre outros fatores, os planos de financiamento e amortização da dívida, o acompanhamento do cumprimento de cláusulas financeiras, o atendimento às metas internas de estrutura de capital, bem como eventuais exigências regulatórias ou legais, quando aplicáveis, incluindo restrições relacionadas à disponibilidade de moeda.

A gestão do risco de liquidez é realizada por meio da manutenção de reservas adequadas, do acesso a linhas de crédito bancárias, da contratação de empréstimos e financiamentos compatíveis com a capacidade de geração de caixa, bem como do acompanhamento contínuo

do fluxo de caixa orçado em comparação ao realizado, buscando o alinhamento entre os perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir apresenta a análise dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, classificados por faixas de vencimento, com base no período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual de vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos nessa análise quando seus vencimentos contratuais são relevantes para a compreensão dos fluxos de caixa futuros. Os valores divulgados correspondem aos fluxos de caixa contratuais não descontados, considerando as condições vigentes de cada passivo financeiro.

	Controladora					
	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Fornecedores	2.813.466	37.953	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.486.526	603.962	533.216	986.666	526.245	589.161
Passivos de arrendamentos	6.263	6.284	4.101	3.231	2.630	19.513
Parcelamentos tributários	383	383	383	383	33	-
Outras obrigações	135.976	588	-	-	-	-
	5.442.614	649.170	537.700	990.280	528.908	608.674

	Consolidado					
	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Fornecedores	2.816.665	37.953	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.879.448	603.962	533.216	986.666	526.245	589.161
Passivos de arrendamentos	8.095	7.938	4.101	3.231	2.630	19.513
Parcelamentos tributários	383	383	383	383	33	-
Outras obrigações	137.706	3.545	-	-	-	-
	5.842.297	653.781	537.700	990.280	528.908	608.674

A Companhia realiza gestão de capital para se assegurar que esteja em condições de continuar em regime operacional normal, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno aos acionistas por meio da otimização da proporção dívida/patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada para o presente período.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida (caixa líquido), por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A Administração da Companhia revisa a estrutura de capital anualmente. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados com cada classe de capital.

Os índices de alavancagem financeira podem ser verificados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	4.268.042	1.892.021	4.660.963	2.066.879
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	202.103	332.130	202.712	332.130
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	(508.166)	(402.092)	(508.166)	(402.092)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.780.757)	(1.184.252)	(2.560.066)	(1.696.858)
Aplicações financeiras	(178.471)	(67.337)	(195.360)	(75.404)
Dívida líquida (A)	2.002.751	570.470	1.600.083	224.655
Patrimônio líquido	4.694.617	4.037.714	4.699.914	4.045.718
Soma do patrimônio líquido e caixa líquido (B)	6.697.368	4.608.184	6.299.997	4.270.373
Índice de alavancagem financeira – (A/B)	30%	12%	25%	5%

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante (a)	5.346.654	3.465.389	6.000.713	3.666.344
Passivo não circulante (b)	2.399.117	1.156.187	2.403.728	1.177.361
Patrimônio líquido (c)	4.694.617	4.037.714	4.699.914	4.045.718
Total (d)	12.440.388	8.659.290	13.104.355	8.889.423
Capital de terceiros (a+b)/d)	62,26%	53,37%	64,13%	54,49%
Capital próprio (c/d)	37,74%	46,63%	35,87%	45,51%

22. Receita

A Companhia gera receita principalmente por meio da comercialização de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e proteção de cultivos), da venda de *commodities* (soja, milho, trigo, canola e outros grãos) e da industrialização da soja, que resulta na produção e venda de óleo degomado, farelo de soja, e biodiesel e coprodutos. No consolidado, também são reconhecidas receitas oriundas de intermediação financeira, realizadas pela instituição financeira do Grupo.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta	16.121.837	12.552.854	16.568.837	12.980.911
Venda mercado interno	9.281.942	7.815.615	9.281.942	7.806.228
Venda mercado externo	6.818.810	4.718.838	7.200.617	5.114.537
Serviços	21.085	18.401	13.948	25.158
Receitas da intermediação financeira	-	-	72.330	34.988
Deduções	(236.265)	(172.408)	(145.143)	(155.140)
Devoluções mercado interno	(102.626)	(93.993)	(102.626)	(93.993)
Devoluções mercado externo	(91.810)	(17.650)	-	-
Impostos sobre vendas	(574.761)	(520.295)	(575.449)	(520.677)
Crédito presumido de impostos	532.932	459.530	532.932	459.530
Receita operacional líquida	15.885.572	12.380.446	16.423.694	12.825.771

Política contábil:

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo único para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, baseado na transferência do controle de bens ou serviços. A aplicação desse modelo compreende as seguintes etapas:

- (i) identificação do contrato com o cliente;
- (ii) identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) determinação do preço da transação;
- (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e
- (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a obrigação de desempenho é satisfeita.

Com base nesses critérios, as receitas são reconhecidas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber como contraprestação pelos bens ou serviços transferidos aos clientes. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação, líquida de descontos comerciais, abatimentos, devoluções e tributos ou encargos incidentes sobre as vendas.

A Companhia avalia, para cada contrato, se atua como principal ou agente, com base no controle dos bens ou serviços antes de sua transferência ao cliente, tendo concluído que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A receita não é reconhecida quando houver incerteza significativa quanto à sua realização.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento relevantes	Política de reconhecimento da receita (CPC 47 / IFRS 15)
Biocombustível	As vendas de biodiesel são efetuadas diretamente às distribuidoras, em mercado livre. O cliente obtém o controle do produto no momento da retirada das mercadorias nas dependências da Companhia. As faturas são emitidas nessa data, com prazo de pagamento usual entre 30 e 60 dias, sem concessão de descontos.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, quando ocorre a transferência do controle do produto ao cliente, usualmente na retirada das mercadorias. Eventuais devoluções dão origem ao reconhecimento de passivo de devolução e direito de recuperar o ativo, mensurado ao valor contábil do estoque, líquido dos custos esperados de recuperação.
Farelo de soja e outros produtos da extração	Para os produtos oriundos do processo de extração, o controle é transferido ao cliente no momento da entrega nas dependências do cliente ou, no caso de vendas ao mercado externo, no embarque da mercadoria. Os prazos médios de entrega variam entre 2 e 5 dias, podendo haver diferença temporal entre a emissão da nota fiscal e a efetiva entrega.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, usualmente na entrega ou no embarque do produto. Ao final de cada período, a Companhia avalia a necessidade de ajustes quando a obrigação de desempenho ainda não tiver sido satisfeita. Devoluções são tratadas mediante reconhecimento de passivo de devolução e direito de recuperar o ativo.
Revenda de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos)	As vendas de insumos agrícolas ocorrem por meio de venda convencional, com recebimento financeiro, ou na modalidade barter, em que a contraprestação é liquidada por meio da entrega futura de <i>commodities</i> agrícolas. O preço da transação é definido com base nas condições de mercado. Nas operações barter, a contraprestação é mensurada pelo valor justo da <i>commodity</i> na data da transação. Os prazos de pagamento variam conforme o tipo de operação e o ciclo safra.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, usualmente na entrega do produto ao cliente, tanto nas vendas convencionais quanto nas operações de <i>barter</i> , momento em que ocorre a transferência do controle do insumo agrícola.
Revenda de grãos	Nas operações de trading de grãos, o controle da mercadoria é transferido ao cliente no momento da entrega nas dependências do cliente ou, no caso de exportações, no embarque da mercadoria. Os prazos médios de entrega são de aproximadamente 2 dias, podendo variar conforme a negociação.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, quando ocorre a entrega ou o embarque do produto. Ao final de cada período, a Companhia avalia a necessidade de ajustes nas receitas reconhecidas quando a obrigação de desempenho ainda não tiver sido integralmente satisfeita.
Serviços de agricultura digital	A Companhia presta serviços de coleta e análise de solo, geração e interpretação de mapas de fertilidade e recomendações técnicas. As faturas são emitidas no momento da prestação do serviço, com prazo de pagamento usual de até 30 dias, sem concessão de descontos.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, correspondente à conclusão da prestação do serviço, quando a obrigação de desempenho é satisfeita.
Intermediação financeira	A Companhia realiza atividades de intermediação financeira relacionadas à aproximação, estruturação e viabilização de operações comerciais. A obrigação de desempenho consiste na prestação do serviço de intermediação e é considerada satisfeita em determinado momento, quando a operação financeira é concluída e formalizada entre as partes, ocasião em que o cliente passa a obter os benefícios do serviço prestado. A remuneração é composta, por comissões com taxas previamente acordadas, calculadas com base no valor da operação intermediada e conforme condições contratuais específicas.	A receita de intermediação financeira é reconhecida no momento em que a Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho.

23. Custos e despesas por função e natureza

Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas de vendas e administrativas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por função	(15.310.734)	(11.227.737)	(15.893.236)	(11.607.787)
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(13.405.717)	(9.981.240)	(13.939.323)	(10.294.268)
Despesas de vendas	(1.762.751)	(1.140.533)	(1.785.330)	(1.183.262)
Despesas administrativas	(117.353)	(84.545)	(137.153)	(106.824)
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	(24.913)	(21.419)	(31.430)	(23.433)
Por natureza	(15.310.734)	(11.227.737)	(15.893.236)	(11.607.787)
Custos das mercadorias vendidas	(7.291.797)	(5.019.042)	(7.788.887)	(5.319.433)
Custos dos produtos vendidos	(5.795.656)	(5.120.190)	(5.795.656)	(5.121.225)
Ajuste ao valor justo	(60.460)	367.063	(60.460)	367.063
Pessoal	(379.693)	(328.554)	(390.890)	(334.497)
Frete/armazenagem/despachos	(1.396.935)	(790.124)	(1.396.970)	(790.145)
Serviços de terceiros	(62.947)	(55.886)	(73.880)	(69.765)
Despesas de depreciação e amortização	(111.219)	(90.154)	(112.088)	(90.788)
Amortização de direito de uso	(6.096)	(3.427)	(7.300)	(4.575)
Combustíveis e lubrificantes	(30.097)	(29.616)	(31.257)	(30.847)
Água/luz/telefone/gás	(31.312)	(29.384)	(31.393)	(29.395)
Despesas com royalties	(43.252)	(27.113)	(43.252)	(27.113)
Manutenção e reparos de veículos	(19.998)	(18.693)	(20.018)	(18.740)
Manutenção de móveis/máquinas/equip. e instalações	(18.975)	(15.390)	(19.004)	(15.440)
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	(24.913)	(21.419)	(31.430)	(23.433)
Despesas da intermediação financeira	-	-	(36.516)	(11.601)
Outras receitas/despesas	(37.384)	(45.808)	(54.235)	(87.853)

Abaixo apresentamos a abertura por natureza dos valores de outras receitas e despesas operacionais apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por função	9.354	27.612	8.794	27.385
Ativo Ambiental (CBIO)	-	22.447	-	22.447
Bonificações recebidas	2.661	6.800	2.661	6.800
Indenizações de seguros e valores recuperados	12.756	6.880	12.756	6.880
Venda de bens do Ativo Imobilizado/Sucatas	1.897	1.851	1.897	1.851
Venda de resíduos e sobras de materiais	933	719	933	719
Perdas com recebíveis	(8.055)	(252)	(8.055)	(252)
Despesas plano <i>Stock Options</i>	(1.275)	(12.141)	(1.275)	(12.141)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	437	1.308	(123)	1.081

24. Informações por segmento

A Três Tentos Agroindustrial S.A. identifica e divulga seus segmentos operacionais de acordo com o CPC 22 / IFRS 8 – Informações por Segmento, com base na estrutura organizacional e na forma como o desempenho operacional é avaliado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, que atuam como principal gestor das operações.

Os segmentos operacionais da Companhia são definidos como Insumos, Grãos e Indústria, refletindo a natureza dos produtos e serviços oferecidos, os riscos e retornos associados e o modelo integrado de atuação ao longo da cadeia do agronegócio. A Administração avalia o desempenho dos segmentos até o lucro bruto, indicador utilizado para fins de gestão, tomada de decisões operacionais e análise comparativa com outras entidades que atuam em indústrias similares.

Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma centralizada pela Administração, não sendo monitorados ou avaliados separadamente por segmento operacional para fins de tomada de decisão. Dessa forma, não são apresentadas informações segmentadas. Adicionalmente, substancialmente a totalidade dos ativos operacionais da Companhia encontra-se localizada no Brasil. Os segmentos operacionais apresentados a seguir estão organizados de forma consistente com os relatórios internos utilizados pela Administração:

- (i) Segmento Insumos: compreende as atividades de varejo e distribuição de insumos agrícolas, incluindo produtos para proteção e nutrição de cultivos, e sementes, principalmente para as culturas de soja, milho e trigo. A receita do segmento é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos ao cliente, de acordo com os termos contratuais aplicáveis. O resultado do segmento ainda é impactado pela mensuração a valor justo das sementes, decorrente das características do processo de produção e beneficiamento, bem como das condições de mercado aplicáveis a esses produtos.
- (ii) Segmento Grãos: compreende as atividades de originação, recebimento, padronização, armazenagem, comercialização e *trading* de *commodities* agrícolas, nos mercados interno e externo, incluindo principalmente soja, milho, trigo e canola. A Companhia adquire grãos de produtores rurais, incluindo operações estruturadas por meio de CPRs e instrumentos correlatos, além do Grupo desenvolver atividades acessórias que viabilizam e fomentam a produção e a originação, tais como concessão de crédito rural, comercialização de seguros agrícolas e outros serviços vinculados à cadeia produtiva. O resultado do segmento é determinado principalmente pelo desempenho das operações de compra e venda de *commodities* agrícolas, incluindo os efeitos da variação de instrumentos financeiros associados à comercialização desses produtos.
- (iii) Segmento Indústria: O segmento Indústria abrange as atividades de industrialização de grãos, com destaque para o processamento da soja e a produção de seus derivados, tais como farelo de soja, óleo degomado, biodiesel e demais coprodutos. O resultado do

segmento também inclui os efeitos da variação de instrumentos financeiros associados à comercialização desses produtos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado Operacional				
Insumos	3.409.640	2.819.583	3.409.640	2.819.583
Grãos	4.745.527	2.998.755	5.235.083	3.257.422
Indústria	7.730.405	6.562.108	7.778.971	6.748.766
Receita operacional líquida	15.885.572	12.380.446	16.423.694	12.825.771
Insumos	(2.722.582)	(2.311.263)	(2.722.582)	(2.311.263)
Grãos	(4.162.180)	(2.661.602)	(4.686.772)	(2.913.981)
Indústria	(6.460.495)	(5.375.438)	(6.469.509)	(5.436.087)
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(13.345.257)	(10.348.303)	(13.878.863)	(10.661.331)
Insumos	687.058	508.320	687.058	508.320
Grãos	583.347	337.153	548.311	343.441
Indústria	1.269.910	1.186.670	1.309.462	1.312.679
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo	2.540.315	2.032.143	2.544.831	2.164.440
Insumos	(80.859)	13.432	(80.859)	13.432
Grãos	(13.039)	340.147	(13.039)	340.147
Indústria	33.438	13.484	33.438	13.484
Ajuste a valor justo	(60.460)	367.063	(60.460)	367.063
Insumos	606.199	521.752	606.199	521.752
Grãos	570.308	677.300	535.272	683.588
Indústria	1.303.348	1.200.154	1.342.900	1.326.163
Lucro bruto	2.479.855	2.399.206	2.484.371	2.531.503

Receita por cliente

O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

Cliente	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Produto	%s/Rec.Líqu.	Produto	%s/Rec.Líqu.	Produto	%s/Rec.Líqu.	Produto	%s/Rec.Líqu.
1	Soja	14,63%	Soja	13,82%	Farelo	11,21%	Farelo	10,27%
2	Biodiesel	9,97%	Farelo	9,79%	Biodiesel	9,65%	Biodiesel	8,02%
3	Farelo	9,48%	Biodiesel	8,31%	Soja	7,43%	Farelo	6,95%
4	Milho	5,96%	Biodiesel	6,87%	Farelo	5,16%	Biodiesel	6,63%
5	Biodiesel	5,18%	Trigo	2,57%	Biodiesel	5,01%	Soja	4,55%
6	Trigo	2,76%	Milho	1,95%	Soja	3,23%	Soja	3,80%

Localização geográfica

As informações abaixo sobre a receita operacional líquida de exportação, consideraram a localidade do cliente.

Continente	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
África	193.711	167.888
América Central	1.873	-
América do Sul	29.129	20.090
América do Norte	5.449	46.010
Ásia	6.364.943	4.177.764
Europa	605.512	702.785
Total	7.200.617	5.114.537

Política contábil:

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio com o objetivo de obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente avaliados pela Administração para fins de tomada de decisão e alocação de recursos. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia analisa as informações financeiras, sendo apresentados de maneira consistente com os relatórios internos utilizados pelo Conselho de Administração, instância responsável pelas principais decisões operacionais da Companhia.

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Variação monetária	65	-	65	-
Variação cambial	-	28.823	-	28.831
Juros e descontos obtidos	209.288	167.190	221.777	173.421
Liquidação de <i>Swap - Hedge</i>	3.135	-	3.135	-
Liquidação de <i>NDF - Hedge</i>	240.073	-	240.073	-
Liquidação de Opções- <i>Hedge</i>	5.291	-	5.291	-
Liquidação de Derivativos <i>Commodities - Hedge</i>	60.456	138.678	60.456	138.678
Valor Justo de <i>Swap</i>	-	32.287	-	32.287
Valor Justo Opções	2.959	-	2.959	-
Valor Justo de <i>NDF</i>	289.885	-	289.885	-
Valor Justo de Derivativos <i>Commodities</i>	40.116	-	40.116	-
Receitas financeiras	851.268	366.978	863.757	373.217
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira	(7.871)	(10.390)	(7.871)	(10.390)
Receitas financeiras líquidas	843.397	356.588	855.886	362.827
Variação monetária	-	(1.542)	-	(1.542)
Variação cambial	(21.560)	-	(20.325)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(198.808)	(166.027)	(198.808)	(166.039)
Juros, tarifas e descontos	(56.680)	(47.974)	(65.245)	(61.412)
Despesas bancárias no exterior	(7.836)	(23.485)	(7.836)	(23.485)
Liquidação de <i>Swap - Hedge</i>	-	(2.365)	-	(2.365)
Liquidação de <i>NDF - Hedge</i>	-	(110.286)	-	(110.286)
Valor Justo de <i>Swap</i>	(66.028)	-	(66.636)	-
Valor Justo de <i>NDF</i>	-	(241.970)	-	(241.970)
Despesas financeiras líquidas	(350.912)	(593.649)	(358.850)	(607.099)
Resultado financeiro	492.485	(237.061)	497.036	(244.272)

A Companhia efetuou reclassificações entre as linhas de receitas e despesas financeiras, somados conforme natureza, com o objetivo de evidenciar esses valores pelo líquido, visando aprimorar a comparabilidade das informações. Esses ajustes de reclassificação não possuem impacto no resultado ou no patrimônio líquido.

Política contábil:

O resultado financeiro pode ser subdividido em dois grandes grupos.

Resultado financeiro estrutural: Compreende as receitas e despesas financeiras reconhecidas no resultado do período, incluindo, entre outras, receitas de juros auferidas sobre aplicações financeiras, variações monetárias e cambiais ativas e passivas, despesas com juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos e encargos financeiros diversos. As receitas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva, quando aplicável, enquanto as despesas financeiras são apropriadas ao resultado conforme incorridas.

Resultado de instrumentos financeiros de proteção econômica (derivativos): Compreende os ganhos e perdas decorrentes da mensuração e liquidação de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos futuros, opções e *swaps*, com o objetivo de gerenciar sua exposição a riscos de mercado, principalmente relacionados a variações de preços de *commodities*, taxas de juros e taxas de câmbio. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, subsequentemente, mensurados ao valor justo, com as variações no valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica de resultado financeiro.

Os ganhos e perdas realizados na liquidação dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as variações não realizadas decorrentes da mensuração a valor justo na data-base das demonstrações financeiras, são reconhecidos no resultado financeiro do período em que ocorrem.

26. Imposto de renda e contribuição social

26.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
Relativos à imposto de renda e contribuição social correntes	(129.068)	(134.164)	(132.865)	(138.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Relativos à constituição/reversão de diferenças temporárias e prejuízos fiscais	(96.797)	(104.852)	(94.460)	(105.806)
Resultado de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(225.865)	(239.016)	(227.325)	(244.661)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro líquido contábil, antes dos impostos pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	1.041.532	997.639	1.036.024	1.001.026
Alíquota vigente	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(354.121)	(339.197)	(352.248)	(340.349)

Reconciliação da alíquota efetiva:				
Subvenção para investimentos	110.520	94.566	110.520	94.566
Distribuição de dividendos pagos da conta de reserva para incentivos fiscais	-	(9.949)	-	(9.949)
Stock Options	(1.784)	(6.229)	(1.784)	(6.229)
Ativo Ambiental (CBIO)	3.793	-	3.793	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	(11.949)	18.493	-	-
Provisão Imposto sobre lucro auferido no exterior (TBU) e Transfer Pricing	14.420	(17.961)	-	-
Outros	13.256	21.261	13.256	21.261
Efeito de controladas tributadas pelo Lucro Presumido	-	-	(862)	(3.961)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(225.865)	(239.016)	(227.325)	(244.661)
Alíquota efetiva	(21,69%)	(23,96%)	(21,94%)	(24,44%)

26.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para litígios	1.780	2.266	1.780	2.266
Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes	19.980	11.509	23.559	13.075
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(25.875)	64.882	(25.668)	64.882
Ajuste valor justo de estoques	(41.199)	(61.755)	(41.199)	(61.755)
Diferença de taxas de depreciação	(63.403)	(44.251)	(63.403)	(44.251)
Ativo imobilizado - custo atribuído	(38)	(360)	(38)	(360)
Outras diferenças temporárias	(757)	419	(1.385)	(326)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	117.132	181.924	117.132	181.924
Prejuízo Fiscal de controlada no exterior - 3T International S.A.	14.420	-	14.420	-
Provisão para participação nos resultados	12.824	11.934	12.824	11.934
Arrendamentos	597	470	597	470
Impostos diferidos, líquidos	35.461	167.038	38.619	167.859

A recuperabilidade do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável a geração de lucros tributáveis futuros para a recuperação de todo o ativo ou parte dele é baixado. A estimativa da realização dos tributos diferidos envolve as incertezas das demais estimativas.

Imposto diferido sobre diferenças temporárias

A realização do ativo diferido sobre diferenças temporárias ocorre conforme as diferenças temporárias são realizadas de acordo com a natureza de cada saldo. A maior diferença temporária

registrada refere-se ao ajuste a valor justo de *commodities* e outros estoques, o qual se realiza no ativo à medida que o estoque é transformado e vendido, e no passivo conforme a fixação de preço ocorre.

Imposto diferido sobre prejuízo fiscal

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ativo fiscal diferido constituído sobre prejuízos fiscais de duas naturezas distintas, cuja realização está suportada por projeções de resultados /tributáveis futuros e expectativa de compensação conforme segue:

	Até um ano	Entre um e cinco anos	Total
Prejuízo Fiscal da controladora - Três Tentos Agroindustrial S.A.	103.227	13.905	117.132
Prejuízo Fiscal de controlada no exterior - 3T International S.A.	14.420	-	14.420
Total	117.647	13.905	131.552

Ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social da Controladora Três Tentos Agroindustrial S.A.:

Esse saldo refere-se a prejuízo fiscal originado em exercícios anteriores que vem sendo utilizado na compensação da base positiva de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Revisamos a expectativa de realização do ativo diferido reconhecido, conforme crescimento esperado para a Companhia nos próximos anos. Esse saldo não possui prazo de prescrição conforme legislação vigente.

O valor remanescente de R\$ 117.132, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2025, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros, conforme as projeções da Companhia.

Ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal originado da Controlada no Exterior 3T International S.A.:

Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido na controladora imposto diferido sobre prejuízo fiscal originado na controlada no exterior 3T International S.A. Os prejuízos apurados por controladas no exterior não podem ser compensados com lucros tributáveis auferidos no Brasil no período de sua ocorrência, nos termos do art. 25, §5º, da Lei nº 9.249/1995, devendo ser controlados de forma individualizada por investida para compensação exclusiva com lucros futuros da mesma controlada, conforme art. 79, II, da Lei nº 12.973/2014 e art. 14, II, da IN RFB nº 1.520/2014. Assim, a Companhia mantém o respectivo controle do prejuízo, sem impacto imediato na apuração do lucro real no Brasil, e realizará sua compensação quando a mesma controlada vier a apurar lucros tributáveis. Esse saldo possui prazo de prescrição de dois anos conforme legislação vigente.

O valor de R\$ 14.420, registrado como imposto diferido em 31 de dezembro de 2025, possui expectativa de compensação com lucros tributáveis futuros da controlada, conforme as projeções financeiras.

Política contábil:

Imposto de renda e contribuição social correntes: Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, com base nas alíquotas e na legislação fiscal em vigor ou substancialmente em vigor na data de encerramento do exercício. A Administração avalia periodicamente as posições fiscais adotadas pela Companhia, especialmente nas situações em que a legislação tributária requer interpretação, reconhecendo provisões para contingências fiscais quando apropriado.

O imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240, enquanto a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9%, ambos reconhecidos pelo regime de competência.

As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, bem como as exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, para fins de apuração do lucro tributável corrente, dão origem a créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações de tributos e os valores passíveis de compensação são apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Algumas controladas da Companhia estão enquadradas no regime de lucro presumido, sendo o imposto de renda e a contribuição social apurados mediante a aplicação dos percentuais definidos na legislação vigente sobre a receita bruta auferida, conforme a natureza de suas atividades, acrescida de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital, quando aplicável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como não circulantes e mensurados com base nas alíquotas esperadas para os períodos em que os ativos serão realizados ou os passivos liquidados, considerando a legislação fiscal vigente ou substancialmente vigente na data de encerramento do exercício. Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias existentes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para permitir sua realização. A expectativa de lucros tributáveis futuros é determinada com base, principalmente, na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes e nas projeções constantes dos planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado a cada data de balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável sua realização. Ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos ou baixados são reavaliados e reconhecidos quando se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão sua recuperação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

Existem incertezas relevantes relacionadas à interpretação de legislações tributárias complexas, incluindo aquelas associadas às subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, bem como quanto ao valor e ao momento de realização dos resultados tributáveis futuros. Considerando a complexidade da legislação tributária, a natureza de longo prazo de determinados instrumentos contratuais e a possibilidade de mudanças nas premissas adotadas, diferenças entre os resultados efetivamente realizados e as estimativas podem resultar na necessidade de ajustes futuros nos valores de imposto de renda e contribuição social já reconhecidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia considera os efeitos das incertezas relacionadas às posições fiscais adotadas, avaliando a necessidade de reconhecimento de provisões com base em diversos fatores, incluindo interpretações da legislação vigente e opiniões de assessores jurídicos especializados. A Administração entende que as provisões registradas refletem adequadamente os riscos fiscais existentes.

A Companhia constitui provisões para contingências tributárias com base em estimativas consideradas apropriadas, levando em conta, entre outros fatores, a experiência em fiscalizações anteriores, bem como interpretações divergentes da legislação tributária por parte da Companhia e das autoridades fiscais competentes.

Conforme divulgado na nota explicativa 27, a Companhia revisou sua estratégia de utilização de subvenções governamentais em decorrência de alterações na legislação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024, contando com o suporte de seus assessores jurídicos. Com base nas informações disponíveis e nas avaliações jurídicas realizadas, a Administração entende que as chances de êxito são prováveis em eventual questionamento por parte das autoridades fiscais quanto aos valores excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Dessa forma, em conformidade com o CPC 32 / IAS 12 e a ICPC 22 / IFRIC 23, não foi constituída provisão para perdas relacionada a esse assunto.

A Companhia reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. O reconhecimento desses ativos requer julgamento significativo da Administração, especialmente quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções orçamentárias, estratégias de planejamento tributário e as incertezas inerentes ao ambiente econômico e regulatório. As premissas utilizadas na mensuração do lucro tributável futuro baseiam-se, principalmente, no orçamento aprovado pela Administração para o exercício subsequente, complementado por análises históricas de desempenho, que auxiliam na avaliação dos efeitos da sazonalidade sobre os resultados da Companhia.

27. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a:

Incentivo fiscal estadual - Crédito presumido de ICMS

A Companhia apura crédito presumido de ICMS sobre as operações de venda, no Estado do Rio Grande do Sul conforme decreto 37.699/97 calculado com base em 66,67% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel. Crédito outorgado no estado do Mato Grosso, conforme decreto 2.212/2024 e regulamentada pelo Condeprodemat resolução 041/2019 calculado com base em 75% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, 70% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de subprodutos da fabricação do biodiesel, 41,67% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de óleo degomado de soja e 50% sobre o imposto incidente nas vendas interestaduais de farelo e casca de soja.

Os valores apurados a título de incentivo são deduzidos na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Para utilização do crédito outorgado do Mato Grosso a Companhia contribui em 6% para FUNDES e 1% para FUNDED sobre o valor do crédito utilizado para subprodutos da fabricação do Biodiesel e contribui em 4% para FUNDES e 1% para FUNDED sobre o valor do crédito utilizado no Biodiesel.

Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado do Mandado de Segurança no qual foi reconhecido que os valores relativos ao crédito presumido de ICMS não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS ofenderia o princípio do pacto federativo.

Incentivo fiscal federal - Crédito presumido de PIS e COFINS

A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei Federal 12.865 de 10/10/2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado por meio da receita de venda de cada produto. No que diz respeito a sua natureza, os créditos presumidos de PIS e COFINS possuem a natureza de subvenção para custeio.

Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas.

No quadro abaixo segue detalhamento dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incentivos	31/12/2025	31/12/2024
Crédito presumido de ICMS sobre farelo e biodiesel	325.058	278.135
Total incentivos fiscais estaduais	325.058	278.135
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota explicativa 26)	110.520	94.566
Créditos presumidos de PIS/COFINS sobre industrialização de soja	217.584	188.360
Total incentivos fiscais federais	217.584	188.360
Total	542.642	466.495

Política contábil:

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições a elas associadas e de que os benefícios econômicos correspondentes serão efetivamente recebidos.

Quando as subvenções governamentais estiverem relacionadas a itens de despesa, tais benefícios são reconhecidos no resultado de forma sistemática e racional ao longo dos períodos em que as despesas correspondentes são incorridas, de modo a confrontar adequadamente os custos que se propõem a compensar. O efeito das subvenções governamentais reconhecido no resultado do exercício é apresentado de forma líquida das despesas às quais se relacionam. Especificamente:

- os créditos presumidos de ICMS, PIS e COFINS, bem como as isenções e reduções de base de cálculo de ICMS, são apresentados como redução dos impostos incidentes sobre as vendas, compondo, portanto, a rubrica de receita operacional líquida; e
- os incentivos fiscais relacionados ao diferimento de ICMS, vinculados à aquisição de determinados insumos e mercadorias, são apresentados como redutores do custo dos produtos vendidos.

28. Partes relacionadas

Alienação de investimento

Em novembro de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação societária de 25% no capital social da 4 Ventos Agroindustrial S.A. à sua controladora, Sinuelo Participações Ltda., pelo montante total de R\$ 40.000. A transação foi realizada em condições pactuadas entre as partes relacionadas. O preço de alienação foi acordado para liquidação em 10 (dez) anos, com atualização monetária anual pelo IPCA. Até a data de sua liquidação, os saldos a receber decorrentes dessa operação eram mensurados ao valor atualizado, com reconhecimento dos

efeitos da atualização monetária no resultado do período, e classificados no balanço patrimonial de acordo com seus respectivos prazos de vencimento.

O saldo remanescente dessa transação foi integralmente liquidado em dezembro de 2025 (R\$ 9.909 em 31 de dezembro de 2024). O efeito da atualização monetária pelo IPCA reconhecido no resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 419 (R\$ 454 em 31 de dezembro de 2024).

Operações da atividade principal

As operações realizadas pela Companhia com partes relacionadas, no âmbito de sua atividade principal, são conduzidas em condições pactuadas entre as partes, observando as políticas comerciais, as condições de pagamento e os prazos usualmente praticados pela Companhia em transações similares com terceiros independentes. Os valores negociados seguem as tabelas de preços praticadas pela Companhia ou, quando aplicável, referências de mercado.

As operações relacionadas à atividade principal estão segmentadas conforme descrito a seguir:

- **Vendas de insumos e compra de grãos:** realizadas com as partes relacionadas João Osório Dumoncel e Luiz Osório Dumoncel – Parceria Agrícola Dumoncel (acionistas), bem como com demais administradores que exercem cargos de diretoria na Companhia. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia como receita e custo, conforme aplicável, e os direitos e obrigações decorrentes dessas transações estão registrados nas rubricas de contas a receber e contas a pagar, respectivamente.
- **Exportação de *commodities*:** realizadas com a parte relacionada 3T *International* S.A.. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia como receita, e os direitos decorrentes dessas transações estão registrados na rubrica de contas a receber.
- **Prestação de serviços financeiros:** realizadas entre as empresas Tentos Corretora de Seguros Ltda., Tentos S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e Tentos Promotora de Vendas Ltda.. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia de acordo com a natureza das transações, e os respectivos direitos e obrigações estão registrados nas rubricas de contas a receber e contas a pagar.
- **Prestação de serviços de transporte aéreo:** realizada com a parte relacionada Mates Locações Aéreas Ltda.. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, e as obrigações decorrentes dessas transações estão registradas na rubrica de contas a pagar.

Os saldos em aberto, bem como as transações realizadas com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Parceria Agrícola Dumoncel	62.126	-	66.005	3.587	62.422	-	66.005	3.587
Demais administradores e suas empresas	30	438	603	360	470	438	603	360
3T <i>International</i> S.A.	820.374	-	612.262	-	-	-	-	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	5.556	12	2.483	75	-	-	-	-
Sinuelo Participações Ltda.	-	-	9.909	-	-	-	9.909	-
Total circulante	888.086	450	691.262	4.022	62.892	438	76.517	3.947

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Vendas	Compras/ Serviços	Vendas	Compras/ Serviços	Vendas	Compras/ Serviços	Vendas	Compras/ Serviços
Parceria Agrícola Dumoncel	124.377	36.742	116.517	53.369	124.377	36.742	116.517	53.369
Demais administradores e suas empresas	2.026	4.648	3.132	2.799	2.128	4.716	3.132	2.799
3T <i>International</i> S.A.	6.736.198	-	4.680.257	-	-	-	-	-
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	100	-	74	-	-	-	-	-
Tentos S.A. Crédito, Financ. e Invest.	7.501	-	4.657	-	-	-	-	-
Mates Locações Aéreas Ltda	-	5.052	-	587	-	-	-	-
Total	6.870.202	46.442	4.804.637	56.755	126.505	41.458	119.649	56.168

Reembolso de despesas

Os reembolsos de despesas realizados entre partes relacionadas decorrem de gastos incorridos no curso normal das operações, em benefício comum ou específico das partes envolvidas. Em 2025 a Controladora foi reembolsada pelo uso compartilhado de despesas operacionais como serviços de: RH, informática, vigilância, internet, entre outros, que totalizaram o montante de R\$ 818 (R\$ 337 em 2024). A Controladora não realizou operação de reembolso de despesas relacionadas ao uso de aeronaves com a Mates Locações Aéreas em 2025 (R\$ 3.569 em 2024).

Honorários da Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
a) Fixa (honorários)	14.264	11.560	15.416	12.186
Conselho de Administração	2.896	2.283	2.896	2.283
Diretoria Estatutária	6.395	5.539	7.547	6.165
Diretoria Não Estatutária	4.973	3.738	4.973	3.738
b) Variável (bônus)	10.783	5.223	12.078	5.556
Diretoria Estatutária	7.050	3.143	8.344	3.476
Diretoria Não Estatutária	3.733	2.080	3.734	2.080
c) Remuneração baseada em ações	3.258	7.510	3.495	7.589
Diretoria Estatutária	1.970	5.385	1.970	5.384
Diretoria Não Estatutária	1.288	2.125	1.525	2.205
Total	28.305	24.293	30.989	25.331

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram o plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões) de ações, o que poderia resultar em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 20. Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o novo plano de opção de compra de ações da Companhia, limitado a 2% (dois por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia na data da convocação da referida assembleia.

Ainda, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi fixada a remuneração global anual da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para o exercício de 2025, estabelecendo-se o montante máximo de R\$ 21.537 (R\$ 18.983 em 2024).

Política contábil:

Partes relacionadas: A Companhia e suas controladas realizam transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios, incluindo operações comerciais, financeiras, operacionais e societárias, as quais são conduzidas em conformidade com as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e em condições compatíveis com aquelas praticadas com terceiros independentes. Para fins das demonstrações financeiras, são consideradas partes relacionadas aquelas definidas pelo CPC 05 incluindo:

- i. Controladora, controladas diretas e indiretas e entidades sob controle comum;
- ii. coligadas e empreendimentos controlados em conjunto;
- iii. acionistas que exerçam controle ou influência significativa sobre a Companhia;
- iv. entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico, incluindo aquelas destinadas à gestão financeira, captação de recursos ou suporte às operações;
- v. membros do pessoal-chave da administração, compreendendo os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e demais executivos com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia; e
- vi. familiares próximos dessas pessoas e entidades por elas controladas ou sob influência significativa.

Os ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas são reconhecidos e mensurados de acordo com a natureza econômica das operações e em conformidade com os pronunciamentos técnicos aplicáveis. As condições financeiras, incluindo prazos, taxas, garantias e demais encargos, são estabelecidas com base em parâmetros de mercado ou em condições equivalentes às praticadas com terceiros independentes. Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas são apresentados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização ou liquidação.

Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração do pessoal-chave da administração compreende salários, benefícios de curto prazo, remuneração variável, bônus e outros benefícios aprovados pelos órgãos de governança competentes, sendo reconhecida no resultado do exercício conforme incorrida.

Acordos de pagamento baseado em ações: O valor justo, determinado na data de outorga, dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa de pessoal, com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que os empregados adquirem, de forma incondicional, o direito aos respectivos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado ao longo do período de aquisição para refletir a melhor estimativa do número de prêmios para os quais se espera que as condições de serviço e, quando aplicável, de desempenho sejam atendidas, de modo que o valor final reconhecido como despesa corresponda ao número de prêmios que efetivamente satisfaçam tais condições na data de aquisição dos direitos (*vesting date*).

29. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Controladora		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações que não envolveram caixa no período				
Aquisição de imobilizado via fornecedores a pagar	74.065	76.247	74.065	76.248
Aquisição de intangíveis via fornecedores a pagar	104	-	104	-

30. Eventos Subsequentes

Em 13 de janeiro de 2026, foram pagos dividendos intercalares referentes ao exercício de 2025 no montante de R\$ 91.015 equivalentes a R\$ 0,182219167 por ação, calculados após a dedução das ações mantidas em tesouraria na presente data. A destinação do dividendo ocorreu conforme descrito na nota explicativa 18. O dividendo foi aprovado em assembleia geral extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2025.